

PROVA COMENTADA **XIX EXAME DE** **ORDEM**

*pelos Professores do
Estratégia OAB*

Neste arquivo trouxemos toda a prova do XIX Exame de Ordem, questão por questão, comentada pelos professores do Estratégia OAB.

Assim, se você irá prestar o XX Exame de Ordem, não deixe de conferir este material. São as **questões mais recentes** da banca para o Exame da OAB!

Se você fez a prova, confira seus acertos e seus erros. Veja também as possibilidades de recursos. De acordo com o apurado pela nossa equipe de Professores, é possível recorrer de questões em:

Direito Constitucional

Direito Empresarial

Direito do Trabalho

Caso tenha alguma dúvida, entre em contato conosco (estrategiaoab@gmail.com)

Se você foi aprovado: Parabéns! Tire o dia de hoje para descansar e organizar seus estudos para a prova-prático profissional! Caso tenha dúvidas quanto à preparação inscreva-se em nosso Aulão [neste link!](#)

Falando nisso, os Professores do Estratégia OAB lançaram cursos específicos, com correção individual de questões e peças processuais. Confira aqui:

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/cursosPorConcurso/oab-2-fase-192/>

Agora, se você vai se preparar para a primeira fase do XX Exame de Ordem não deixe de conferir nossos cursos voltados para a primeira fase do próximo Exame. Veja:

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/cursosPorConcurso/exame-de-ordem-oab-146/>

Vamos aos comentários?!

No **XIX Exame de Ordem**, tal como observado nos exames anteriores, manteve-se a distribuição de questões. Confira:

DISCIPLINA	NÚMERO DE QUESTÕES
Estatuto da Advocacia e da OAB, Regulamento Geral e Código de Ética e Disciplina da OAB	10 questões
Direito Constitucional	7 questões
Direito Civil	7 questões
Direito Administrativo	6 questões
Direito Processual Civil	6 questões
Direito Penal	6 questões
Direito do Trabalho	6 questões
Direito Empresarial	5 questões
Direito Processual Penal	5 questões
Direito Processual do Trabalho	5 questões
Direito Tributário	4 questões
Direitos Humanos	3 questões
Direito Ambiental	2 questões
Direito da Criança e do Adolescentes	2 questões
Direito do Consumidor	2 questões
Direito Internacional	2 questões
Filosofia do Direito	2 questões
TOTAL	80 questões

Vamos aos comentários?!



"O segredo do sucesso é a constância do objetivo"

PROVA COMENTADA XIX EXAME DE ORDEM**Estatuto da Advocacia e da OAB, Regulamento Geral e
Código de Ética e Disciplina da OAB**

comentários pelo Prof. Ricardo Vale

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Alexandre, advogado que exerce a profissão há muitos anos, é conhecido por suas atitudes corajosas, sendo respeitado pelos seus clientes e pelas autoridades com quem se relaciona por questões profissionais. Comentando sua atuação profissional, ele foi inquirido, por um dos seus filhos, se não deveria recusar a defesa de um indivíduo considerado impopular, bem como se não deveria ser mais obediente às autoridades, diante da possibilidade de retaliação. Sobre o caso apresentado, observadas as regras do Estatuto da OAB, assinale a opção correta indicada ao filho do advogado citado.

- A) O advogado Alexandre deve recusar a defesa de cliente cuja atividade seja impopular.
- B) O temor à autoridade pode levar à negativa de prestação do serviço advocatício por Alexandre.
- C) As causas impopulares aceitas por Alexandre devem vir sempre acompanhadas de apoio da Seccional da OAB.
- D) Nenhum receio de desagradar uma autoridade deterá o advogado Alexandre.

Comentários

Pessoal, essa questão está no art. 31, § 2º do Estatuto da OAB:

§ 2º Nenhum receio de desagradar a magistrado ou a qualquer autoridade, nem de incorrer em impopularidade, deve deter o advogado no exercício da profissão.

Falamos disso em nosso curso!

Gabarito: Letra D.

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

O advogado Carlos dirigiu-se a uma Delegacia de Polícia para tentar obter cópia de autos de inquérito no âmbito do qual seu cliente havia sido intimado para prestar esclarecimentos. No entanto, a vista dos autos foi negada pela autoridade policial, ao fundamento de que os autos estavam sob sigredo de Justiça. Mesmo após Carlos ter apresentado procuração de seu cliente, afirmou o Delegado que, uma vez que o juiz havia decretado sigilo nos autos, a vista somente seria permitida com autorização judicial. Nos termos do Estatuto da Advocacia, é correto afirmar que

- A) Carlos pode ter acesso aos autos de qualquer inquérito, mesmo sem procuração.
- B) Carlos pode ter acesso aos autos de inquéritos sob sigredo de Justiça, desde que esteja munido de procuração do investigado.
- C) em caso de inquérito sob sigredo de Justiça, apenas o magistrado que decretou o sigilo poderá afastar parcialmente o sigilo, autorizando o acesso aos autos pelo advogado Carlos.
- D) o sigredo de Justiça de inquéritos em andamento é oponível ao advogado Carlos, mesmo munido de procuração.

Comentários

O art. 7º do Estatuto da Advocacia nos diz:

Art. 7º São direitos do advogado:

XIV – examinar, em qualquer instituição responsável por conduzir investigação, mesmo sem procuração, autos de flagrante e de investigações de qualquer natureza, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos, em meio físico ou digital;

Agora, muita atenção para o §10: Nos autos sujeitos a sigilo, deve o advogado apresentar procuração para o exercício dos direitos de que trata o inciso XIV.

Veja que o advogado pode ter acesso aos autos de inquéritos sob sigilo de Justiça, mas para isso, é necessário a procuração do investigado.

Eu falei disso no curso escrito, na aula em vídeo e no 1º vídeo do Periscope sobre direitos do advogado. Estava na cara que ia cair! É uma inovação legislativa recente!

Gabarito: Letra B.

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Tício, presidente de determinada Subseção da OAB, valendo-se da disciplina do Art. 50 da Lei Federal nº 8.906/94 (Estatuto da OAB), pretende requisitar, ao cartório de certa Vara de Fazenda Pública, cópias de peças dos autos de um processo judicial que não estão cobertas pelo sigilo. Assim, analisou o entendimento jurisprudencial consolidado no Supremo Tribunal Federal sobre o tema, a fim de apurar a possibilidade da requisição, bem como, caso positivo, a necessidade de motivação e pagamento dos custos respectivos. Diante da situação narrada, Tício estará correto ao concluir que

A) não dispõe de tal prerrogativa, pois o citado dispositivo legal foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, uma vez que compete privativamente aos tribunais organizar as secretarias e cartórios judiciais, não se sujeitando a requisições da OAB, por expressa disciplina constitucional.

B) pode realizar tal requisição, pois o citado dispositivo legal foi declarado constitucional pelo Supremo Tribunal Federal, independentemente de motivação e pagamento dos respectivos custos.

C) pode realizar tal requisição, pois o Supremo Tribunal Federal, em sede de controle de constitucionalidade, assegurou-a, desde que acompanhada de motivação compatível com as finalidades da Lei nº 8.906/94 e o pagamento dos respectivos custos.

D) não dispõe de tal prerrogativa, pois ao citado dispositivo legal foi conferida, pelo Supremo Tribunal Federal, interpretação conforme a Constituição Federal para excluir os presidentes de Subseções, garantindo a requisição apenas aos Presidentes do Conselho Federal da OAB e dos Conselhos Seccionais, desde que motivada.

Comentários

O art. 50 do Estatuto assim preceitua:

Para os fins desta Lei, os Presidentes dos Conselhos da OAB e das Subseções podem requisitar cópias de peças de autos e documentos a qualquer tribunal, magistrado, cartório e órgão da Administração Pública direta, indireta e fundacional.

Esse dispositivo permite que os presidentes dos Conselhos da OAB e das Subseções possam requisitar cópias de peças de autos e documentos a qualquer tribunal, magistrado, cartório e órgão da Administração Pública direta, indireta e fundacional. O Plenário do STF, ao apreciar a ADI 1127, julgou parcialmente procedente a ação nesse ponto para dar interpretação conforme a Constituição, no sentido de compreender a expressão "requisitar" como dependente de motivação, compatibilização com as finalidades da lei e atendimento de custos desta requisição, ressalvados os documentos cobertos por sigilo.

Gabarito: Letra C

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Formaram-se em uma Faculdade de Direito, na mesma turma, Luana, Leonardo e Bruno. Luana, 35 anos, já exercia função de gerência em um banco quando se graduou. Leonardo, 30 anos, é prefeito do município de Pontal. Bruno, 28 anos, é policial militar no mesmo município. Os três pretendem praticar atividades privativas de advocacia. Considerando as incompatibilidades e impedimentos ao exercício da advocacia, assinale a opção correta.

A) Luana não está proibida de exercer a advocacia, pois é empregada de instituição privada, inexistindo impedimentos ou incompatibilidades.

B) Bruno, como os servidores públicos, apenas é impedido de exercer a advocacia contra a Fazenda Pública que o remunera.

C) Os três graduados, Luana, Leonardo e Bruno, exercem funções incompatíveis com a advocacia, sendo determinada a proibição total de exercício das atividades privativas de advogado.

D) Leonardo é impedido de exercer a advocacia apenas contra ou em favor de pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, entidades paraestatais ou empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público.

Comentários

A incompatibilidade significa impedimento total do exercício da Advocacia, até mesmo em causa própria. Vejamos os incisos do artigo 28 que se aplicam ao caso:

Art. 28. A advocacia é incompatível, mesmo em causa própria, com as seguintes atividades:

I - chefe do Poder Executivo e membros da Mesa do Poder Legislativo e seus substitutos legais; -

Este é o impedimento de Leonardo, 30 anos, é prefeito do município de Pontal, o prefeito é o chefe do Poder Executivo do Município.

V - ocupantes de cargos ou funções vinculados direta ou indiretamente a atividade policial de qualquer natureza;

VI - militares de qualquer natureza, na ativa;

Por isso Bruno, 28 anos, é policial militar no mesmo município, também está impedido.

E, por fim, do mesmo art. 28 do Estatuto da OAB, o seguinte inciso:

VIII - ocupantes de funções de direção e gerência em instituições financeiras, inclusive privadas.

Isso torna Luana, 35 anos, que já exercia função de gerência em um banco quando se graduou, incompatível com a advocacia.

Gabarito: Letra C

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Daniel contratou a advogada Beatriz para ajuizar ação em face de seu vizinho Théo, buscando o ressarcimento de danos causados em razão de uma obra indevida no condomínio. No curso do processo, Beatriz substabeleceu o mandato a Ana, com reserva de poderes. Sentenciado o feito e julgado procedente o pedido de Daniel, o juiz condenou Théo ao pagamento de honorários sucumbenciais. Com base na hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- A) Ana poderá promover a execução dos honorários sucumbenciais nos mesmos autos judiciais, se assim lhe convier, independentemente da intervenção de Beatriz.
- B) Ana e Beatriz poderão promover a execução dos honorários sucumbenciais, isoladamente ou em conjunto, mas devem fazê-lo em processo autônomo.
- C) Ana poderá promover a execução dos honorários sucumbenciais nos mesmos autos, se assim lhe convier, mas dependerá da intervenção de Beatriz.
- D) Ana não terá direito ao recebimento de honorários sucumbenciais, cabendo-lhe executar Beatriz pelos valores que lhe sejam devidos, caso não haja o adimplemento voluntário.

Comentários

Essa questão é muito simples! Veja o que diz o Estatuto:

Art. 26. O advogado substabelecido, com reserva de poderes, não pode cobrar honorários sem a intervenção daquele que lhe conferiu o substabelecimento.

Art. 24. A decisão judicial que fixar ou arbitrar honorários e o contrato escrito que os estipular são títulos executivos e constituem crédito privilegiado na falência, concordata, concurso de credores, insolvência civil e liquidação extrajudicial.

§ 1º A execução dos honorários pode ser promovida nos mesmos autos da ação em que tenha atuado o advogado, se assim lhe convier.

Desta forma, Ana poderá promover a execução dos honorários sucumbenciais nos mesmos autos, se assim lhe convier, mas dependerá da intervenção de Beatriz.

Gabarito: C

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Victor nasceu no Estado do Rio de Janeiro e formou-se em Direito no Estado de São Paulo. Posteriormente, passou a residir, e pretende atuar profissionalmente como advogado, em Fortaleza, Ceará. Porém, em razão de seus contatos no Rio de Janeiro, foi convidado a intervir também em feitos judiciais em favor de clientes nesse Estado, cabendo-lhe patrocinar seis causas no ano de 2015. Diante do exposto, assinale a opção correta.

- A) A inscrição principal de Victor deve ser realizada no Conselho Seccional de São Paulo, já que a inscrição principal do advogado é feita no Conselho Seccional em cujo território se

localize seu curso jurídico. Além da principal, Victor terá a faculdade de promover sua inscrição suplementar nos Conselhos Seccionais do Ceará e do Rio de Janeiro, onde pretende exercer a profissão.

B) A inscrição principal de Victor deve ser realizada no Conselho Seccional do Rio de Janeiro, pois o Estatuto da OAB determina que esta seja promovida no Conselho Seccional em cujo território o advogado exercer intervenção judicial que exceda três causas por ano. Além da principal, Victor poderá promover sua inscrição suplementar nos Conselhos Seccionais do Ceará e de São Paulo.

C) A inscrição principal de Victor deve ser realizada no Conselho Seccional do Ceará. Isso porque a inscrição principal do advogado deve ser feita no Conselho Seccional em cujo território pretende estabelecer o seu domicílio profissional. A promoção de inscrição suplementar no Conselho Seccional do Rio de Janeiro será facultativa, pois as intervenções judiciais pontuais, como as causas em que Victor atuará, não configuram habitualidade no exercício da profissão.

D) A inscrição principal de Victor deve ser realizada no Conselho Seccional do Ceará. Afinal, a inscrição principal do advogado deve ser feita no Conselho Seccional em cujo território ele pretende estabelecer o seu domicílio profissional. Além da principal, Victor deverá promover a inscrição suplementar no Conselho Seccional do Rio de Janeiro, já que esta é exigida diante de intervenção judicial que exceda cinco causas por ano.

Comentários

Nos termos do art. 10 do Estatuto da OAB, a inscrição principal do advogado deve ser feita no Conselho Seccional em cujo território pretende estabelecer o seu domicílio profissional, na forma do Regulamento Geral.

Por isso, a inscrição principal de Victor deve ser realizada no Conselho Seccional do Ceará. Afinal, a inscrição principal do advogado deve ser feita no Conselho Seccional em cujo território ele pretende estabelecer o seu domicílio profissional.

Ademais, o §2º do art. 10 do Estatuto diz que: Além da principal, o advogado deve promover a inscrição suplementar nos Conselhos Seccionais em cujos territórios passar a exercer habitualmente a profissão, considerando-se habitualidade a intervenção judicial que **exceder de cinco causas por ano**.

Desta forma, Victor deverá promover a inscrição suplementar no Conselho Seccional do Rio de Janeiro, já que esta é exigida diante de intervenção judicial que exceda cinco causas por ano.

Gabarito: Letra D

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Os jovens Rodrigo, 30 anos, e Bibiana, 35 anos, devidamente inscritos em certa seccional da OAB, desejam candidatar-se, pela primeira vez, a cargos de diretoria do Conselho Seccional respectivo. Rodrigo está regularmente inscrito na referida seccional da OAB há seis anos, sendo dois anos como estagiário. Bibiana, por sua vez, exerceu regularmente a profissão por três anos, após a conclusão do curso de Direito. Contudo, afastou-se por dois anos e retornou à advocacia há um ano. Ambos não exercem funções incompatíveis com a advocacia, ou cargos exoneráveis ad nutum. Tampouco integram listas para provimento de cargos em tribunais ou ostentam condenação por infração disciplinar. Bibiana e Rodrigo estão em dia com suas anuidades. Considerando a situação narrada, assinale a afirmativa correta.

A) Apenas Bibiana preenche as condições de elegibilidade para os cargos.

- B) Apenas Rodrigo preenche as condições de elegibilidade para os cargos.
- C) Bibiana e Rodrigo preenchem as condições de elegibilidade para os cargos.
- D) Nenhum dos dois advogados preenche as condições de elegibilidade para os cargos.

Comentários

O Regulamento da OAB diz que:

Art. 131-A. São condições de elegibilidade: ser o candidato advogado inscrito na Seccional, com inscrição principal ou suplementar, em efetivo exercício há mais de 05 (cinco) anos, e estar em dia com as anuidades na data de protocolo do pedido de registro de candidatura, considerando-se regulares aqueles que parcelaram seus débitos e estão adimplentes com a quitação das parcelas.

Mas, o § 3º do art. 131- A diz que: O período de 05 (cinco) anos estabelecido no caput deste artigo é o que antecede imediatamente a data da posse, **computado continuamente**.

Veja que nenhum dos dois possui 5 anos contínuos em efetivo exercício.

Gabarito: Letra: D

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Os advogados Ivan e Dimitri foram nomeados, por determinado magistrado, para prestarem assistência jurídica a certo jurisdicionado, em razão da impossibilidade da Defensoria Pública. As questões jurídicas debatidas no processo relacionavam-se à interpretação dada a um dispositivo legal. Ivan recusou-se ao patrocínio da causa, alegando que a norma discutida também lhe é aplicável, não sendo, por isso, possível que ele sustente em juízo a interpretação legal benéfica à parte assistida e prejudicial aos seus próprios interesses. Dimitri também se recusou ao patrocínio, pois já defendeu interpretação diversa da mesma norma em outro processo. Sobre a hipótese apresentada, é correto afirmar que

- A) Ivan e Dimitri cometeram infração disciplinar, pois é vedado ao advogado recusar-se a prestar assistência jurídica, sem justo motivo, quando nomeado em virtude de impossibilidade da Defensoria Pública.
- B) apenas Dimitri cometeu infração disciplinar, pois não se configura legítima a recusa por ele apresentada ao patrocínio da causa, sendo vedado ao advogado, sem justo motivo, recusar-se a prestar assistência jurídica, quando nomeado em virtude de impossibilidade da Defensoria Pública.
- C) apenas Ivan cometeu infração disciplinar, pois não se configura legítima a recusa por ele apresentada ao patrocínio da causa, sendo vedado ao advogado, sem justo motivo, recusar-se a prestar assistência jurídica, quando nomeado.
- D) nenhum dos advogados cometeu infração disciplinar, pois se afiguram legítimas as recusas apresentadas ao patrocínio da causa.

Comentários

A resposta desta questão está no Código de Ética, que diz:

Art. 4º O advogado vinculado ao cliente ou constituinte, mediante relação empregatícia ou por contrato de prestação permanente de serviços, integrante de departamento jurídico, ou órgão de assessoria jurídica, público ou privado, deve zelar pela sua liberdade e independência.

Parágrafo único. É legítima a recusa, pelo advogado, do patrocínio de pretensão concernente a lei ou direito que também lhe seja aplicável, ou contrarie expressa orientação sua, manifestada anteriormente.

Desta forma, nenhum dos advogados cometeu infração disciplinar, pois se afiguram legítimas as recusas apresentadas ao patrocínio da causa.

Gabarito: Letra D.

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

As Subseções X e Y da OAB, ambas criadas pelo Conselho Seccional Z, reivindicam a competência para desempenhar certa atribuição. Não obstante, o Conselho Seccional Z defende que tal atribuição é de sua competência. Caso instaurado um conflito de competência envolvendo as Subseções X e Y e outro envolvendo a Subseção X e o Conselho Seccional Z, assinale a opção que relaciona, respectivamente, os órgãos competentes para decidir os conflitos.

A) O conflito de competência entre as subseções deve ser decidido pelo Conselho Seccional Z, cabendo recurso ao Conselho Federal da OAB. Do mesmo modo, o conflito entre a Subseção X e o Conselho Seccional Z será decidido pelo Conselho Seccional Z, cabendo recurso ao Conselho Federal da OAB.

B) O conflito de competência entre as subseções deve ser decidido pelo Conselho Seccional Z, cabendo recurso ao Conselho Federal da OAB. Já o conflito entre a Subseção X e o Conselho Seccional Z será decidido, em única instância, pelo Conselho Federal da OAB.

C) Ambos os conflitos de competência serão decididos, em única instância, pelo Conselho Federal da OAB.

D) O conflito de competência entre as subseções deve ser decidido, em única instância, pelo Conselho Seccional Z. O conflito entre a Subseção X e o Conselho Seccional Z será decidido, em única instância, pelo Conselho Federal da OAB.

Comentários

Conforme o regulamento da OAB:

Art. 119. Os conflitos de competência entre subseções e entre estas e o Conselho Seccional são por este decididos, com recurso voluntário ao Conselho Federal.

Desta forma, o conflito de competência entre as subseções deve ser decidido pelo Conselho Seccional Z, cabendo recurso ao Conselho Federal da OAB. Do mesmo modo, o conflito entre a Subseção X e o Conselho Seccional Z será decidido pelo Conselho Seccional Z, cabendo recurso ao Conselho Federal da OAB.

Gabarito: Letra A

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Carlos integrou a chapa de candidatos ao Conselho Seccional que obteve a maioria dos votos válidos e tomou posse em 1º de janeiro do ano seguinte ao de sua eleição. Um ano após o início do mandato, Carlos passou a ocupar um cargo de direção no Conselho de Administração de uma empresa, controlada pela Administração Pública, sediada em outro estado da Federação. Nesse caso, de acordo com o Estatuto da OAB, assinale a afirmativa correta.

A) Não se extingue o mandato de Carlos, pois a ocupação de cargo de direção em empresa controlada pela Administração Pública, em estado da Federação distinto do abrangido pelo

Conselho Seccional, não configura incompatibilidade a ensejar o cancelamento de sua inscrição.

B) Extingue-se automaticamente o mandato de Carlos, pois a ocupação de cargo de direção em empresa controlada pela Administração Pública, em qualquer circunstância, configura incompatibilidade a ensejar o cancelamento de sua inscrição.

C) Extingue-se o mandato de Carlos mediante deliberação de dois terços dos membros do Conselho Seccional, pois a ocupação de cargo de direção em empresa controlada pela Administração Pública pode configurar incompatibilidade a ensejar o cancelamento de sua inscrição.

D) Não se extingue o mandato de Carlos, pois a ocupação de cargo de direção em empresa controlada pela Administração Pública, em qualquer circunstância, não configura incompatibilidade a ensejar o cancelamento de sua inscrição.

Comentários

O Estatuto da OAB diz que:

Art. 66. Extingue-se o mandato automaticamente, antes do seu término, quando:

I – ocorrer qualquer hipótese de cancelamento de inscrição ou de licenciamento do profissional;

II – o titular sofrer condenação disciplinar;

III – o titular faltar, sem motivo justificado, a três reuniões ordinárias consecutivas de cada órgão deliberativo do Conselho ou da diretoria da Subseção ou da Caixa de Assistência dos Advogados, não podendo ser reconduzido no mesmo período de mandato.

Veja as hipóteses de cancelamento da inscrição do advogado:

Art. 11. Cancela-se a inscrição do profissional que:

I - assim o requerer;

II - sofrer penalidade de exclusão;

III - falecer;

IV - passar a exercer, em caráter definitivo, atividade incompatível com a advocacia;

V - perder qualquer um dos requisitos necessários para inscrição.

§ 1º Ocorrendo uma das hipóteses dos incisos II, III e IV, o cancelamento deve ser promovido, de ofício, pelo conselho competente ou em virtude de comunicação por qualquer pessoa.

No caso, aplica-se a hipótese de cancelamento do art. 11, IV, pois se trata de atividade incompatível com a advocacia, conforme o Estatuto:

Art. 28. A advocacia é incompatível, mesmo em causa própria, com as seguintes atividades:

III – ocupantes de cargos ou funções de direção em órgãos da Administração Pública direta ou indireta, em suas fundações e em suas empresas controladas ou concessionárias de serviço público;

Gabarito: Letra B

Direito Constitucional

comentários pelo Prof. Ricardo Vale

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

André, jovem de 25 anos, é Vereador pelo Município M, do Estado E. Portanto, com domicílio eleitoral nesse Estado. Suas perspectivas políticas se alteram quando, ao liderar um grande movimento de combate à corrupção, o seu nome ganha notoriedade em âmbito nacional. A partir de então, passa a receber inúmeras propostas para concorrer a diversos cargos eletivos, advindas, inclusive, de outros Estados da Federação, a exemplo do Estado X. Nessas condições, seduzido pelas propostas, analisa algumas possibilidades.

De acordo com a Constituição Federal, assinale a opção que indica o cargo eletivo ao qual André pode concorrer:

- a) Deputado Estadual pelo Estado X.
- b) Deputado Federal pelo Estado E.
- c) Senador da República pelo Estado E.
- d) Governador pelo Estado E.

Comentários

Letra A: errada. Uma das condições de elegibilidade é o **domicílio eleitoral na circunscrição**. Tendo em vista que André tem domicílio eleitoral no Estado E, ele não poderá concorrer ao cargo de Deputado Estadual por outro Estado.

Letra B: correta. É possível, sim, que André concorra ao cargo de Deputado Federal pelo Estado E. Cabe destacar que a idade mínima para que alguém possa se candidatar a Deputado Federal é **21 anos**, requisito preenchido por André.

Letra C: errada. A idade mínima para o cargo de Senador é de **35 anos**.

Letra D: errada. A idade mínima para o cargo de Governador é de **30 anos**.

O gabarito é a letra B.

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

O instituto da súmula vinculante aos poucos vai tendo suas características cristalizadas a partir da interpretação dos seus contornos constitucionais pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Considerando a importância assumida pelo instituto, determinada associação de classe procura seu advogado e solicita esclarecimentos a respeito dos legitimados a requerer a edição da súmula vinculante, dos seus efeitos e do órgão que pode editá-la.

Com base no fragmento acima, assinale a opção que se apresenta em consonância com os delineamentos desse instituto.

- a) Pode ser editada pelos tribunais superiores quando houver reiteradas decisões, proferidas na sua esfera de competência, que recomendem a uniformização de entendimento junto aos órgãos jurisdicionais inferiores.
- b) Estão legitimados a propor a sua edição, exclusivamente, os legitimados para o ajuizamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade, estabelecidos no Art. 103 da Constituição Federal.

- c) Pode dizer respeito a qualquer situação jurídica constituída sob a égide das normas brasileiras, de natureza constitucional ou infraconstitucional, e ser especificamente direcionada à resolução de um caso concreto, nele exaurindo a sua eficácia.
- d) A vinculação sumular incide sobre a administração pública direta e indireta e os demais órgãos do Poder Judiciário, não podendo, porém, atingir o Poder Legislativo.

Comentários

Letra A: errada. A Súmula Vinculante **só pode ser editada pelo STF**, e não por todos os Tribunais Superiores.

Letra B: errada. O rol de legitimados a propor a edição de Súmula Vinculante é mais amplo do que o art. 103, CF/88. A previsão dos legitimados está no art. 3º, da Lei nº 11.417/2006:

Art. 3º São legitimados a propor a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante:

I – o Presidente da República;

II – a Mesa do Senado Federal;

III – a Mesa da Câmara dos Deputados;

IV – o Procurador-Geral da República;

V – o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

VI – o Defensor Público-Geral da União;

VII – partido político com representação no Congresso Nacional;

VIII – confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional;

IX – a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

X – o Governador de Estado ou do Distrito Federal;

XI – os Tribunais Superiores, os Tribunais de Justiça de Estados ou do Distrito Federal e Territórios, os Tribunais Regionais Federais, os Tribunais Regionais do Trabalho, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Tribunais Militares.

Letra C: errada. A Súmula Vinculante será editada pelo STF após reiteradas decisões sobre **matéria constitucional**. Assim, ela não pode dizer respeito a matéria que tenha natureza infraconstitucional.

Outro erro é dizer que a Súmula Vinculante somente se aplica a um caso concreto, nele exaurindo sua eficácia. Não é isso. A Súmula Vinculante é editada a partir da **existência de controvérsia** entre órgãos judiciários ou entre esses e a Administração Pública. Ela surge para dar segurança jurídica e evitar a multiplicação de processos, incidindo em todos os casos concretos futuros que envolverem a controvérsia de que ela trata.

Letra D: foi considerada correta, mas cabe recurso. Segundo o art. 103-A, CF/88, a Súmula Vinculante "terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal".

Ao dispor que a Súmula Vinculante terá **efeito vinculante sobre toda a administração pública**, há que se entender que ela incide sobre a atividade administrativa de quaisquer dos Poderes da República, inclusive do Poder Legislativo.

O Poder Legislativo, no exercício de sua função típica de legislar, não está vinculado à Súmula Vinculante. Entretanto, **quando exerce sua função atípica administrativa, o Poder Legislativo deverá, sim, observar as Súmulas Vinculantes.**

Nesse sentido, citamos o Prof. Lenio Luiz Streck (In: CANOTILHO, J.J. Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz. **Comentários à Constituição do Brasil**. Ed. Saraiva, São Paulo: 2013, p. 1432.

*"O caráter vinculante não abrange o Poder Legislativo. Entretanto, embora obviamente não haja vinculação no exercício de suas atividades típicas de legislar, **nas demais funções administrativas essa vinculação ocorrerá** (Resoluções, Atos da Mesa, Julgamentos Administrativos, etc)."*

Portanto, ao não especificar que **é somente a atividade legislativa que fica fora da incidência de Súmula Vinculante**, a letra D ficou errada. Por isso, entendemos que a questão nº 14 deve ser anulada.

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Após ampla investigação, os órgãos competentes concluíram que o deputado federal X praticara um crime de homicídio, figurando como vítima o também deputado federal Y, seu desafeto político. Esse fato, ocorrido dentro das dependências da respectiva Casa Legislativa, despertou intenso debate a respeito de qual seria o órgão competente para julgá-lo.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que X deve ser julgado

- a) pelo Supremo Tribunal Federal, órgão competente para processar e julgar os Deputados Federais em qualquer infração penal comum.*
- b) pelo Tribunal do Júri, órgão competente para julgar qualquer pessoa pela prática de crime doloso contra a vida.*
- c) pelo Superior Tribunal de Justiça, órgão competente para processar e julgar os Deputados Federais no caso de crime doloso contra a vida.*
- d) pela Câmara dos Deputados, órgão competente para julgar os Deputados Federais por crimes de responsabilidade, considerados como tais aqueles que tenham relação com o exercício do mandato.*

Comentários

Letra A: correta. Os Deputados e Senadores, desde a diplomação, serão processados e julgados pelo STF (art. 53, § 1º, CF/88).

Letra B: errada. A competência do tribunal do júri para julgar os crimes dolosos contra a vida não é absoluta. Isso porque **não alcança os detentores de foro especial por prerrogativa de função previsto na Constituição Federal.**

Letra C: errada. É o STF que tem competência para processar e julgar os congressistas (Deputados e Senadores).

Letra D: errada. O entendimento dominante é o de que **não há que se falar em crimes de responsabilidade praticados por Deputados e Senadores**. Eventuais infrações que se encaixariam como crimes de responsabilidade são objeto de processo por quebra de decoro parlamentar.

O gabarito é a letra A.

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

O Governador do Distrito Federal, ao tomar conhecimento de que existe jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal a respeito da competência do Município para legislar sobre os requisitos de segurança das agências bancárias, solicita à Procuradoria Geral do Distrito Federal que se manifeste acerca da possibilidade de lei distrital tratar da matéria.

Sobre a hipótese apresentada, de acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

- a) Haveria tal possibilidade, pois o Distrito Federal possui competências legislativas reservadas aos Estados e aos Municípios.*
- b) Haveria tal possibilidade, pois a competência legislativa do Distrito Federal, como sede da União, abarca as competências legislativas da União, dos Estados e dos Municípios.*
- c) Não seria possível, pois o Distrito Federal tem competências taxativamente expressas, que não podem abarcar aquelas concedidas aos Municípios.*
- d) Não seria possível, pois as competências legislativas do Distrito Federal seriam apenas aquelas reservadas aos Estados-membros da União.*

Comentários

O Distrito Federal **acumula as competências legislativas** que a Constituição reservou aos **Estados e aos Municípios** (art. 32, § 1º, CF/88). Nesse sentido, é plenamente possível que o Distrito Federal legisle sobre requisitos de segurança de agências bancárias, matéria da competência dos Municípios. O gabarito é a letra A.

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

O constitucionalismo brasileiro, desde 1824, foi construído a partir de vertentes teóricas que estabeleceram continuidades e clivagens históricas no que se refere à essência e à interrelação das funções estatais, tanto no plano vertical como no horizontal, bem como à proteção dos direitos fundamentais. A partir dessa constatação, assinale a afirmativa correta.

- a) A Constituição de 1824 adotou, de maneira rígida, a tripartição das funções estatais, que seriam repartidas entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.*
- b) A Constituição de 1891 dispôs sobre o federalismo de cooperação e delineou um Estado Social e Democrático de Direito.*
- c) A Constituição de 1937 considerou o Supremo Tribunal Federal o guardião da Constituição, detendo a última palavra no controle concentrado de constitucionalidade.*
- d) A Constituição de 1946 foi promulgada e reinaugurou o período democrático no Brasil, tendo contemplado um rol de direitos e garantias individuais.*

Comentários

Letra A: errada. A Constituição de 1824 previa também a existência do **Poder Moderador**, que estaria nas mãos do Imperador.

Letra B: errada. A Constituição de 1934 é que inaugurou o constitucionalismo social no Brasil.

Letra C: errada. O controle concentrado de constitucionalidade surgiu **somente com a EC nº 16/1965**, que foi editada sob a égide da Constituição de 1946. Até então, funcionava apenas o controle difuso de constitucionalidade.

Letra D: correta. A Constituição de 1946 reinaugurou o período democrático no Brasil. Encerrava-se a vigência da Constituição de 1937 (denominada "Polaca"), que existiu durante o período do Estado Novo, comandado por Getúlio Vargas.

O gabarito é a letra D.

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

José, internado em um hospital público para tratamento de saúde, solicita a presença de um pastor para lhe conceder assistência religiosa. O pedido, porém, é negado pela direção do hospital, sob a alegação de que, por se tratar de instituição pública, a assistência não seria possível em face da laicidade do Estado. Inconformado, José consulta um advogado.

Após a análise da situação, o advogado esclarece, com correto embasamento constitucional, que

a) a negativa emanada pelo hospital foi correta, tendo em vista que a Constituição Federal de 1988, ao consagrar a laicidade do Estado brasileiro, rejeita a expressão religiosa em espaços públicos.

b) a direção do hospital não tem razão, pois, embora a Constituição Federal de 1988 reconheça a laicidade do Estado, a assistência religiosa é um direito garantido pela mesma ordem constitucional.

c) a correção ou incorreção da negativa da direção do hospital depende de sua consonância, ou não, com o regulamento da própria instituição, já que se está perante direito disponível.

d) a decisão sobre a possibilidade, ou não, de haver assistência religiosa em entidades públicas de saúde depende exclusivamente de comando normativo legal, já que a temática não é de estatura constitucional.

Comentários

Segundo o art. 5º, VII, CF/88, "é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva".

Assim, a direção do hospital não tem razão em sua negativa. Embora o Brasil seja um Estado laico, a assistência religiosa é direito fundamental. O gabarito é a letra B.

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

O Presidente da República tem dúvidas sobre como proceder em determinado projeto de lei que vem gerando muitas críticas na imprensa. No décimo quarto dia útil do prazo para sancionar ou vetar o referido projeto de lei, o Chefe do Executivo consulta o Advogado-Geral da União para saber os efeitos jurídicos que adviriam do transcurso do prazo de quinze dias úteis sem a adoção de nenhuma providência expressa, simplesmente permanecendo silente.

De acordo com a sistemática constitucional, essa situação implicaria:

a) veto total, que ainda será apreciado em sessão conjunta das casas do Congresso Nacional.

- b) sanção tácita, o que não exclui a possibilidade de o Chefe do Poder Executivo promulgar a lei.
- c) sanção tácita, o que convalida eventual vício de iniciativa, ainda que da lei decorra aumento de despesa.
- d) veto parcial, que ainda será apreciado em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

Comentários

O silêncio do Presidente da República por 15 dias úteis implicará na **sanção tácita do projeto de lei**. Nessa hipótese, ele terá um **prazo de 48 horas para promulgar a lei resultante da sanção**. Do contrário, o Presidente do Senado, em igual prazo, deverá promulgá-la. Se este não o fizer, caberá ao Vice-Presidente do Senado a promulgação da lei, sem prazo definido constitucionalmente.

O gabarito é a letra B.

Direito Civil

comentários pelo Prof. Paulo H. M. Sousa

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

No dia 2 de agosto de 2014, Teresa celebrou contrato de compra e venda com Carla, com quem se obrigou a entregar 50 computadores ou 50 impressoras, no dia 20 de setembro de 2015. O contrato foi silente sobre quem deveria realizar a escolha do bem a ser entregue.

Sobre os fatos narrados, assinale a afirmativa correta.

- A) Trata-se de obrigação facultativa, uma vez que Carla tem a faculdade de escolher qual das prestações entregará a Teresa.
- B) Como se trata de obrigação alternativa, Teresa pode se liberar da obrigação entregando 50 computadores ou 50 impressoras, à sua escolha, uma vez que o contrato não atribuiu a escolha ao credor.
- C) Se a escolha da prestação a ser entregue cabe a Teresa, ela poderá optar por entregar a Carla 25 computadores e 25 impressoras.
- D) Se, por culpa de Teresa, não se puder cumprir nenhuma das prestações, não competindo a Carla a escolha, ficará aquela obrigada a pagar somente os lucros cessantes.

Comentários

No caso, trata-se de uma obrigação alternativa, e não de uma obrigação facultativa. Esta *faculta* o cumprimento do objeto da prestação; porém, se a parte assim quiser, pode cumprir a obrigação subsidiária, em substituição à principal. A obrigação alternativa se caracteriza por existir uma alternativa no objeto; a parte cumpre uma obrigação OU outra, como no caso. Por isso, a alternativa A está incorreta.

Quando da escolha, o art. 252, § 1º estabelece que não pode o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra, pelo que a alternativa C também está incorreta. A assertiva D também está incorreta, já que se a obrigação se tornou impossível, por culpa do devedor, e competia a ele a

escolha, o art. 254 estabelece que deve ele indenizar pelo "valor da que por último se impossibilitou, mais as perdas e danos".

Por fim, a alternativa B vai ao encontro do previsto no art. 252: "nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou", tornando-a correta.

Gabarito: B

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Os pais de Raimundo já haviam falecido e, como ele não tinha filhos, seu sobrinho Otávio era seu único parente vivo. Seu melhor amigo era Alfredo. Em um determinado dia, Raimundo resolveu fazer sozinho uma trilha perigosa pela Floresta dos Urucuns e, ao se perder na mata, acidentou-se gravemente. Ao perceber que podia morrer, redigiu em um papel, datado e assinado por ele, declarando a circunstância excepcional em que se encontrava e que gostaria de deixar toda a sua fortuna para Alfredo. Em razão do acidente, Raimundo veio a falecer, sendo encontrado pelas equipes de resgate quatro dias depois do óbito. Ao seu lado, estava o papel com sua última declaração escrita em vida, que foi recolhido pela equipe de resgate e entregue à Polícia.

Ao saber do ocorrido, Otávio consulta seu advogado para saber se a declaração escrita por Raimundo tinha validade.

Com base na hipótese narrada, assinale a afirmativa correta.

- A) O testamento deixado por Raimundo não tem validade em virtude da ausência das formalidades legais para o ato de última vontade, em especial a presença de testemunhas.*
- B) O testamento deixado por Raimundo tem validade, mas suas disposições terão que ser reduzidas em 50%, pelo fato de Otávio ser herdeiro de Raimundo.*
- C) O testamento deixado por Raimundo poderá ser confirmado, a critério do juiz, uma vez que a lei admite o testamento particular sem a presença de testemunhas quando o testador estiver em circunstâncias excepcionais.*
- D) O testamento deixado por Raimundo não tem validade porque a lei só admite o testamento público, lavrado na presença de um tabelião.*

Comentários

De cara, os itens A e D podem ser eliminados pelo candidato, já que a lei permite testamentos outros que não os públicos (art. 1.862, incisos: "São testamentos ordinários: o público; o cerrado; o particular.") e, excepcionalmente, que as formalidades não sejam cumpridas.

Por isso, você ficaria entre as alternativas B e C. O art. 1.857 estabelece que "toda pessoa capaz pode dispor, por testamento, da totalidade dos seus bens, ou de parte deles, para depois de sua morte". Porém, segundo o § 1º, "a legítima dos herdeiros necessários não poderá ser incluída no testamento." Mas, quem são os herdeiros necessários? Segundo o art. 1.845, "são herdeiros necessários os descendentes, os ascendentes e o cônjuge." Como Otávio é sobrinho de Raimundo, não se inclui ele no rol dos herdeiros necessários, pelo que a assertiva está incorreta.

Resta, portanto, o item C, que está correto segundo o disposto no art. 1.879: "Em circunstâncias excepcionais declaradas na cédula, o testamento particular

de próprio punho e assinado pelo testador, sem testemunhas, poderá ser confirmado, a critério do juiz."

Gabarito: C

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Questão 39. *Júlio, casado com Isabela durante 23 anos, com quem teve 3 filhos, durante audiência realizada em ação de divórcio cumulada com partilha de bens proposta por Isabela, reconhece, perante o Juízo de Família, um filho havido de relacionamento extraconjugal. Posteriormente, arrependido, Júlio deseja revogar tal reconhecimento.*

Sobre os fatos narrados, assinale a afirmativa correta.

- A) O reconhecimento de filho só é válido se for realizado por escritura pública ou testamento.*
- B) O reconhecimento de filho realizado por Júlio perante o Juízo de Família é ato irrevogável.*
- C) O reconhecimento de filho em Juízo só tem validade em ação própria com essa finalidade.*
- D) Júlio só poderia revogar o ato se este tivesse sido realizado por testamento.*

Comentários

Essa questão pode ser resumida em duas disposições legais. Segundo o art. 1.609, O reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento é irrevogável e será feito:

I - no registro do nascimento;

II - por escritura pública ou escrito particular, a ser arquivado em cartório;

III - por testamento, ainda que incidentalmente manifestado;

IV - por manifestação direta e expressa perante o juiz, ainda que o reconhecimento não haja sido o objeto único e principal do ato que o contém.

Parágrafo único. O reconhecimento pode preceder o nascimento do filho ou ser posterior ao seu falecimento, se ele deixar descendentes. Ademais, o art. 1.610 prescreve que "O reconhecimento não pode ser revogado, nem mesmo quando feito em testamento." Portanto, indubitável que apenas a alternativa B está correta, conforme o caput do art. 1.609.

Gabarito: B

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Juliana foi avisada que seu filho Marcos sofreu um terrível acidente de carro em uma cidade com poucos recursos no interior do Ceará e que ele está correndo risco de morte devido a um grave traumatismo craniano. Diante dessa notícia, Juliana celebra um contrato de prestação de serviços médicos em valores exorbitantes, muito superiores aos praticados habitualmente, para que a única equipe de médicos especializados da cidade assumo o tratamento de seu filho.

Tendo em vista a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- A) O negócio jurídico pode ser anulado por vício de consentimento denominado estado de perigo, no prazo prescricional de quatro anos, a contar da data da celebração do contrato.*
- B) O negócio jurídico celebrado por Juliana é nulo, por vício resultante de dolo, tendo em vista o fato de que a equipe médica tinha ciência da situação de Marcos e se valeu de tal condição para fixar honorários em valores excessivos.*

- C) O contrato de prestação de serviços médicos é anulável por vício resultante de estado de perigo, no prazo decadencial de quatro anos, contados da data da celebração do contrato.
- D) O contrato celebrado por Juliana é nulo, por vício resultante de lesão, e por tal razão não será suscetível de confirmação e nem convalidará pelo decurso do tempo.

Comentários

Segundo o art. 156, "configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa". A lesão, por sua vez, ocorre "quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta", conforme o art. 157, e o dolo, nas palavras do clássico Clóvis Beviláqua, "é artifício ou expediente astucioso, empregado para induzir alguém à prática de um ato jurídico, que o prejudica". Desde já incorretas as assertivas B e D, portanto.

Restaram A e C, que são idênticas quanto ao tratamento do estado de perigo como situação de anulabilidade, o que é confirmado pelo art. 171, inc. II. O prazo quadrienal também é igual, pelo que resta saber apenas se é situação de prazo prescricional ou decadencial. Para responder a isso, basta retomar o art. 178, que estabelece que "é de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico"; logo, a assertiva C está correta.

Na realidade, esta é a forma mais difícil de saber como resolver a questão, já que exige que você decore as situações de prescrição e de decadência. Nós, no nosso Curso da OAB, estabelecemos um jeito de distinguir essas situações sem que você precise decorar cada uma delas, a partir da distinção entre prescrição e decadência feita por Agnelo Amorim Filho, você lembra? Como não se trata de um direito a uma prestação, mas de uma declaração cujo efeito é constitutivo e não condenatório, o prazo é decadencial.

Gabarito: C

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Joaquim celebrou, por instrumento particular, contrato de mútuo com Ronaldo, pelo qual lhe emprestou R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a serem pagos 30 dias depois. No dia do vencimento do empréstimo, Ronaldo não adimpliu a prestação. O tempo passou, Joaquim se manteve inerte, e a dívida prescreveu. Inconformado, Joaquim pretende ajuizar ação de enriquecimento sem causa contra Ronaldo.

Sobre os fatos narrados, assinale a afirmativa correta.

- A) A ação de enriquecimento sem causa é cabível, uma vez que Ronaldo se enriqueceu indevidamente à custa de Joaquim.
- B) Como a ação de enriquecimento sem causa é subsidiária, é cabível seu ajuizamento por não haver, na hipótese, outro meio de recuperar o empréstimo concedido.
- C) Não cabe o ajuizamento da ação de enriquecimento sem causa, pois há título jurídico a justificar o enriquecimento de Ronaldo.
- D) A pretensão de ressarcimento do enriquecimento sem causa prescreve simultaneamente à pretensão relativa à cobrança do valor mutuado.

Comentários

Essa questão poderia ser resolvida com lógica, mas exigia que você lembrasse de dois prazos. Primeiro, o prazo prescricional de 5 anos para a cobrança de dívida (art. 206, § 5º, inc. I: a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular) e o de 3 anos para o enriquecimento sem causa (art. 206, § 3º, inc. IV: a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa).

Ora, se a prescrição do enriquecimento sem causa é de 3 anos e a de cobrança de dívida que consta num título é em 5 anos, como seria possível, depois que a dívida prescreveu (como diz o exercício), usar a ação de enriquecimento sem causa? Logicamente esta também já prescreveu. Assim, por lógica de contagem de prazos, os itens A, B e D estão incorretos todos, sobrando apenas a assertiva C.

Há autores (em posição francamente minoritária) que defendem que a contagem do prazo se dá com a prescrição da anterior ação, o que é inaceitável, já que se criaria um duplo prazo prescricional.

A doutrina (em esmagadora maioria, assim entende: "sempre que outra demanda for suficiente para restabelecer o equilíbrio da situação não haverá necessidade da ação de enriquecimento sem causa, sob pena de ela ser admitida em praticamente todas as hipóteses de pedido condenatório, como verdadeira panaceia (PELUSO, Cezar (coord.). Código Civil Comentado. 6 ed. Barueri: Manole, 2012, p. 902)". No mesmo sentido, vide a jurisprudência: REsp Nº 1.088.046/MS.

Gabarito: C

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

A peça Liberdade, do famoso escultor Lúcio, foi vendida para a Galeria da Vinci pela importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Ele se comprometeu a entregar a obra dez dias após o recebimento da quantia estabelecida, que foi paga à vista.

A galeria organizou, então, uma grande exposição, na qual a principal atração seria a escultura Liberdade. No dia ajustado, quando dirigia seu carro para fazer a entrega, Lúcio avançou o sinal, colidiu com outro veículo, e a obra foi completamente destruída. O anúncio pela galeria de que a peça não seria mais exposta fez com que diversas pessoas exercessem o direito de restituição dos valores pagos a título de ingresso.

Sobre os fatos narrados, assinale a afirmativa correta.

- A) Lúcio deverá entregar outra obra de seu acervo à escolha da Galeria da Vinci, em substituição à escultura Liberdade.*
- B) A Galeria da Vinci poderá cobrar de Lúcio o equivalente pecuniário da escultura Liberdade mais o prejuízo decorrente da devolução do valor dos ingressos relativos à exposição.*
- C) Por se tratar de obrigação de fazer infungível, a Galeria da Vinci não poderá mandar executar a prestação às expensas de Lúcio, restando-lhe pleitear perdas e danos.*
- D) Com o pagamento do preço, transferiu-se a propriedade da escultura para a Galeria da Vinci, razão pela qual ela deve suportar o prejuízo pela perda do bem.*

Comentários

É possível visualizar duas ações diferentes nesse caso, o que me levou, num primeiro momento, a pensar que essa questão comportaria duas alternativas

corretas. Primeiro, Lúcio esculpiu a peça (um fazer) e depois a entregou à Galeria (dar). Porém, após uma análise mais cuidadosa, você verá que apenas uma dessas ações é relevante para o exercício. Assim, cheguei à conclusão de que apenas uma delas era correta, por conta de um pequeno - mas muuuuito importante - detalhe.

Você olha e pensa: é uma obrigação de fazer infungível, já que a pessoa de Lúcio é essencial ao cumprimento da prestação (a Galeria o contratou exatamente porque ele é Lúcio e não outrem). No entanto, atente para o seguinte: a questão deixa claro que a escultura já estava pronta, ou seja, não se trata de uma obrigação de fazer. Trata-se, em verdade, de uma obrigação de dar, pois quando Lúcio finaliza a escultura, ele a transforma numa coisa. Assim, fica de fora a assertiva C.

Mas é qualquer coisa? Não, é uma coisa certa, que tem peculiaridades que a torna distintas das demais do mesmo gênero. Assim, já podemos eliminar a assertiva A.

E quando a Galeria se torna proprietária da escultura? Segundo o art. 1.267, a propriedade da coisa apenas se transfere após sua tradição. Logo, errado o item D.

Por consequência, como é impossível obter a coisa certa, já que destruída, restam à Galeria apenas perdas e danos, que compreendem os danos emergentes (aquilo que efetivamente se perdeu) e os lucros cessantes (aquilo que razoavelmente se deixou de ganhar). Ou seja, o equivalente pecuniário da escultura Liberdade mais o prejuízo decorrente da devolução do valor dos ingressos relativos à exposição, respectivamente.

Gabarito: B

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Júlia, casada com José sob o regime da comunhão universal de bens e mãe de dois filhos, Ana e João, fez testamento no qual destinava metade da parte disponível de seus bens à constituição de uma fundação de amparo a mulheres vítimas de violência obstétrica. Aberta a sucessão, verificou-se que os bens destinados à constituição da fundação eram insuficientes para cumprir a finalidade pretendida por Júlia, que, por sua vez, nada estipulou em seu testamento caso se apresentasse a hipótese de insuficiência de bens.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- A) A disposição testamentária será nula e os bens serão distribuídos integralmente entre Ana e João.*
- B) O testamento será nulo e os bens serão integralmente divididos entre José, Ana e João.*
- C) Os bens de Júlia serão incorporados à outra fundação que tenha propósito igual ou semelhante ao amparo de mulheres vítimas de violência obstétrica.*
- D) Os bens destinados serão incorporados à outra fundação determinada pelos herdeiros necessários de Júlia, após a aprovação do Ministério Público.*

Comentários

Primeiro, como Júlia tem herdeiros necessários, não pode dispor de todo seu patrimônio, mas apenas de metade dele, conforme dispõe o art. 1.789: "Havendo herdeiros necessários, o testador só poderá dispor da metade da herança".

Dispondo ela dessa parte, pode ela dispor em relação a uma fundação? Estabelece o art. 1.799, inc. III, que "na sucessão testamentária podem ainda ser chamados a suceder as pessoas jurídicas, cuja organização for determinada pelo testador sob a forma de fundação". Válida, portanto, a disposição, o que já elimina os itens A e B.

No entanto, como faltou patrimônio, a disposição será ineficaz, na forma como estabelecera anteriormente a falecida. O que fazer então? A resposta não está no direito das sucessões, mas na Parte Geral, especificamente na parte que trata das fundações. O art. 63 coloca que "quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o instituidor, incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante." Ou seja, a assertiva D é equivocada.

Gabarito: C

Direito Administrativo

comentários pelo Prof. Erick Alves

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

A União divulgou edital de licitação para a contratação de parceria público-privada, para a reforma e gestão de um presídio federal, na modalidade concessão administrativa. A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- A) A concessão administrativa envolve, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.*
- B) A contratação de parceria público-privada somente pode ser realizada para contratos com valor igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).*
- C) Considerando se tratar de concessão administrativa, o prazo máximo de vigência do contrato é de 20 anos.*
- D) Não é possível a contratação de parceria público-privada que envolva a execução de obra pública.*

Comentários:

Vamos analisar cada alternativa:

a) ERRADA. A concessão patrocinada é que envolve, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado. Na concessão administrativa, por sua vez, a remuneração é feita totalmente pelo Poder Público, não havendo cobrança de tarifas dos usuários; nesse tipo de concessão a Administração será usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens. É o que consta no art. 2º, §§1º e 2º da Lei 11.079/2004:

Art. 2º Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.

*1º **Concessão patrocinada** é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando*

envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

2o **Concessão administrativa** é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

b) CERTA, nos termos do art. 2º, §4º, I da Lei 11.079/2004:

4o É **vedada** a celebração de contrato de parceria público-privada:

I – cujo valor do contrato seja **inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais)**;

c) ERRADA. O prazo máximo do contrato de PPP – patrocinada ou administrativa – é de 35 anos, incluindo eventual prorrogação (Lei 11.079/04, art. 5º, I).

d) ERRADA. É sim possível a contratação de parceria público-privada que envolva a execução de obra pública, desde que a obra sirva para possibilitar a prestação de um serviço público. O que a lei veda é a celebração de contrato de PPP que tenha como objeto único a execução de obra pública (Lei 11.079/04, §4º, III).

Gabarito: alternativa “b” (ver aula 9, p. 84-85)

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Fulano, servidor público federal lotado em órgão da administração pública federal no Estado de São Paulo, contesta ordens do seu chefe imediato, alegando que são proibidas pela legislação. A chefia, indignada com o que entende ser um ato de insubordinação, remove Fulano, contra a sua vontade, para órgão da administração pública federal no Distrito Federal, para exercer as mesmas funções, sendo certo que havia insuficiência de servidores em São Paulo, mas não no Distrito Federal. Considerando as normas de Direito Administrativo, assinale a afirmativa correta.

A) A remoção de Fulano para o Distrito Federal é válida, porque configura ato arbitrário da Administração.

B) Não é cabível a remoção do servidor com finalidades punitivas, por se ter, em tal hipótese, desvio de finalidade.

C) A remoção pode ser feita, uma vez que Fulano não pautou sua conduta com base nos princípios e regras aplicáveis aos servidores públicos.

D) O ato de insubordinação deveria ter sido constatado por meio de regular processo administrativo, ao fim do qual poderia ser aplicada a penalidade de remoção.

Comentários

A remoção de servidor com finalidades punitivas é exemplo clássico de ato praticado com desvio de finalidade, pois representa desvirtuamento da finalidade do instituto da remoção, que é realocar a mão-de-obra disponível para o melhor desempenho dos serviços, e não punir servidores. Correta, portanto, a opção “b”.

Gabarito: alternativa “b” (ver aula 4, p. 51-52)

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

O Estado X e os Municípios A, B e C subscreveram protocolo de intenções para a constituição de um consórcio com personalidade jurídica de direito privado para atuação na coleta, descarte e reciclagem de lixo produzido no limite territorial daqueles municípios. Com base no caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

- A) *Por se tratar de consórcio a ser constituído entre entes de hierarquias diversas, a saber, Estado e Municípios, é obrigatória a participação da União.*
- B) *O consórcio de direito privado a ser constituído pelo Estado e pelos Municípios não está alcançado pela exigência de prévia licitação para os contratos que vier a celebrar.*
- C) *O consórcio entre o Estado e os Municípios será constituído por contrato e adquirirá personalidade jurídica mediante o atendimento dos requisitos da legislação civil.*
- D) *Por se tratar de consórcio para atuação em área de relevante interesse coletivo, não se admite que seja constituído com personalidade de direito privado.*

Comentários

Vamos analisar cada alternativa:

a) ERRADA. Não é obrigatória a participação da União em consórcios celebrados entre Estados e Municípios. O que a lei prescreve, na verdade, é que “a União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados” (Lei 11.107/2005, art. 1º, §2º). Ou seja, se a União quiser celebrar consórcio com algum Município, necessariamente deverá haver a participação do Estado correspondente.

b) ERRADA. Conforme o art. 6º, §2º da Lei 11.107/2005, o consórcio público de direito privado deve observar as normas de direito público no que concerne a realização de licitação, celebração de contratos, prestação de contas e admissão de pessoal mediante concurso público.

c) CERTA. Segundo o art. 3º da Lei 11.107/2005, “o consórcio público será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções”. Por sua vez, o art. 6º da lei prescreve que o consórcio público adquirirá personalidade jurídica:

I – de direito público, no caso de constituir associação pública, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções;

II – de direito privado, mediante o atendimento dos requisitos da legislação civil.

d) ERRADA. A lei não impõe restrições em relação ao objeto dos consórcios públicos com personalidade jurídica de direito privado. A escolha do regime jurídico do consórcio é um ato discricionário do Poder Público.

Gabarito: alternativa “c” (ver aula 3, p. 3-7)

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

A pretexto de regulamentar a Lei nº 8.987/1995, que dispõe sobre a concessão e a permissão de serviços públicos, o Presidente da República editou o Decreto XYZ, que

estabelece diversas hipóteses de gratuidade para os serviços de transporte de passageiros. A respeito da possibilidade de controle do Decreto XYZ, expedido pelo chefe do Poder Executivo, assinale a afirmativa correta.

- A) Como ato de natureza essencialmente política, o Decreto XYZ não está sujeito a qualquer forma de controle.
- B) Como ato discricionário, o Decreto XYZ não está sujeito a qualquer forma de controle.
- C) Como ato normativo infralegal, o Decreto XYZ está sujeito apenas ao controle pelo Poder Judiciário.
- D) Como ato normativo infralegal, o Decreto XYZ sujeita-se ao controle judicial e ao controle legislativo.

Comentários

Vamos analisar cada alternativa:

a) ERRADA. Os Decretos editados pelo Chefe do Poder Executivo estão sim sujeitos a controle, tanto do Poder Legislativo, na hipótese de exorbitarem o poder regulamentar ou os limites da delegação legislativa (CF, art. 49, V), como do Poder Judiciário, em caso de ilegalidade ou ofensa aos princípios administrativos.

b) ERRADA. Os atos discricionários estão sim sujeitos a controle, pois devem observância aos limites estabelecidos em lei. Assim, se a edição do Decreto XYZ extrapolar os limites de discricionariedade do chefe do Executivo ou violar os princípios administrativos, o ato poderá ser anulado pelo Poder Judiciário.

c) ERRADA. Além do Poder Judiciário, o Poder Legislativo também poderá exercer controle sobre a edição do Decreto XYZ, face ao que dispõe o art. 49, V da CF.

d) CERTA. Como comentado nas alternativas anteriores.

Gabarito: alternativa "d" (ver aula 14, p. 10; 40-41)

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Um paciente de um hospital psiquiátrico estadual conseguiu fugir da instituição em que estava internado, ao aproveitar um momento em que os servidores de plantão largaram seus postos para acompanhar um jogo de futebol na televisão. Na fuga, ao pular de um viaduto próximo ao hospital, sofreu uma queda e, em razão dos ferimentos, veio a falecer. Nesse caso,

- A) o Estado não responde pela morte do paciente, uma vez que não configurado o nexo de causalidade entre a ação ou omissão estatal e o dano.
- B) o Estado responde de forma subjetiva, uma vez que não configurado o nexo de causalidade entre a ação ou omissão estatal e o dano.
- C) o Estado não responde pela morte do paciente, mas, caso comprovada a negligência dos servidores, estes respondem de forma subjetiva.
- D) o Estado responde pela morte do paciente, garantido o direito de regresso contra os servidores no caso de dolo ou culpa.

Comentários

Segundo a jurisprudência do STF (ver RE 633.138/DF), quando o Estado tem o dever legal de garantir a integridade de pessoas ou coisas que estejam sob sua proteção direta (ex: presidiários e internados em hospitais públicos) ou a ele ligadas por alguma condição específica (ex: estudantes de escolas públicas) o Poder Público responderá civilmente, por danos ocasionados a essas pessoas ou coisas, com base na responsabilidade objetiva prevista no art. 37, §6º da CF, mesmo que os danos não tenham sido diretamente causados por atuação de seus agentes.

Nesse caso, de forma excepcional, o Estado responderá objetivamente pela sua omissão (chamada de "omissão específica") no dever de custódia dessas pessoas ou coisas, garantido o direito de regresso contra os servidores no caso de dolo ou culpa.

Portanto, correta a alternativa "d", pois o cidadão faleceu quando estava sob a guarda do Estado (internado em hospital público), em razão de uma omissão específica dos servidores que possibilitou a ocorrência do acidente.

Gabarito: alternativa "d" (ver aula 10, p. 19-21)

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

A associação de moradores do Município F solicitou ao Poder Público municipal autorização para o fechamento da "rua de trás", por uma noite, para a realização de uma festa junina aberta ao público. O Município, entretanto, negou o pedido, ao fundamento de que aquela rua seria utilizada para sediar o encontro anual dos produtores de abóbora, a ser realizado no mesmo dia. Considerando que tal fundamentação não está correta, pois, antes da negativa do pedido da associação de moradores, o encontro dos produtores de abóbora havia sido transferido para o mês seguinte, conforme publicado na imprensa oficial, assinale a afirmativa correta.

- A) Mesmo diante do erro na fundamentação, o ato é válido, pois a autorização pleiteada é ato discricionário da Administração.*
- B) Independentemente do erro na fundamentação, o ato é inválido, pois a autorização pleiteada é ato vinculado, não podendo a Administração indeferi-lo.*
- C) Diante do erro na fundamentação, o ato é inválido, uma vez que, pela teoria dos motivos determinantes, a validade do ato está ligada aos motivos indicados como seu fundamento.*
- D) A despeito do erro na fundamentação, o ato é válido, pois a autorização pleiteada é ato vinculado, não tendo a associação de moradores demonstrado o preenchimento dos requisitos.*

Comentários

De fato, a autorização é um ato administrativo discricionário. Porém, ainda assim se submete à teoria dos motivos determinantes, de modo que, ao motivar o ato, a Administração fica vinculada à existência e legitimidade dos motivos declarados.

Por outras palavras, quando a Administração motiva o ato (fosse ou não obrigatória a motivação), ele só será válido se os motivos forem verdadeiros. Caso seja comprovada a não ocorrência da situação

declarada (pressuposto de fato), ou a inadequação entre a situação ocorrida e o motivo descrito na lei (pressuposto de direito), o ato será nulo.

Dessa forma, correta a letra "c". Com efeito, na situação em análise, o motivo para a negativa do pedido foi a ocorrência de um outro evento no mesmo horário, fato que, posteriormente, se mostrou inverídico. Assim, diante da falsidade do motivo declarado, o ato que negou o pedido deve ser considerado nulo, pois a validade do ato está ligada à veracidade dos motivos indicados como seu fundamento.

Gabarito: alternativa "c" (ver aula 4, p. 27; aula 7, p. 28-29)

Direito Processual Civil

comentários pelo Prof. Gabriel Borges

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Martina constatou que sua garagem vem sofrendo rachaduras no teto com risco iminente de ruína, após seu vizinho Henrique iniciar obras de levantamento do terceiro pavimento em sua residência, sem observância dos parâmetros de construção previstos em várias leis municipais.

Assinale a afirmativa correta.

A) Na hipótese narrada somente a municipalidade possui legitimidade para ajuizamento de demanda em face de Henrique.

B) De acordo com o enunciado, Martina não possui legitimidade ativa para ajuizar ação de nunciação de obra nova.

C) Diante da urgência flagrante, antes de ajuizar a ação de nunciação de obra nova, Martina poderá promover o embargo extrajudicial da obra iniciada por Henrique, notificando-o verbalmente perante duas testemunhas para não continuar a obra.

D) Quando a ação de nunciação de obra nova estiver no Tribunal de Justiça para julgamento da apelação, a prestação de caução perante o tribunal será suficiente para afastar o embargo judicial liminar concedido pelo juízo de origem, podendo Henrique prosseguir com a obra nova.

Comentários

A legitimidade ativa da ação de nunciação de obra nova está prevista no artigo 934 do CPC/1973, a saber:

Art. 934. Compete esta ação:

I – ao proprietário ou possuidor, a fim de impedir que a edificação de obra nova em imóvel vizinho lhe prejudique o prédio, suas servidões ou fins a que é destinado;

II – ao condômino, para impedir que o co-proprietário execute alguma obra com prejuízo ou alteração da coisa comum;

III – ao Município, a fim de impedir que o particular construa em contravenção da lei, do regulamento ou de postura.

Percebam que o inciso I autoriza que, no caso desta questão, Martina ajuíze ação de nunciação de obra nova. Além disso, por disposição do artigo 935 (CPC/1973),

ao "prejudicado também é lícito, se o caso for urgente, fazer o embargo extrajudicial, notificando verbalmente, perante duas testemunhas, o proprietário ou, em sua falta, o construtor, para não continuar a obra", devendo dentro de 3 (três) dias requerer a ratificação em juízo, sob pena de cessar o efeito do embargo.

Convém destacar que a letra "d" contém erro, pois o nunciado poderá, a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição, requerer o prosseguimento da obra, desde que: 1) preste caução e 2) demonstre prejuízo resultante da suspensão dela. Não é suficiente a simples prestação de caução. Desse modo, a letra a ser marcada para esta questão é a "c".

Gabarito: C

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Brenda, atualmente com 20 anos de idade, estudante do 2º período de direito, percebe mensalmente pensão decorrente da morte de seu pai. Sucede, contudo, que ela recebeu uma correspondência do fundo que lhe paga a pensão, notificando-a de que, no dia 20 do próximo mês, quando completará 21 anos, seu benefício será extinto. Inconformada, Brenda ajuizou ação judicial, requerendo em antecipação de tutela a continuidade dos pagamentos e, por sentença, a manutenção desse direito até, pelo menos, completar 24 anos de idade, quando deverá terminar a faculdade. Tal demanda, contudo, é rejeitada liminarmente pelo juiz da 3ª Vara, sob o argumento de que aquela matéria de direito já está pacificada de forma contrária aos interesses da Autora na jurisprudência dos Tribunais Superiores e, ainda, por ele já ter proferido, em outros casos com a mesma questão de direito, diversas sentenças de improcedência. Sobre os fatos descritos, assinale a afirmativa correta.

A) A decisão acima mencionada, se transitada em julgado, não faz coisa julgada material, na medida em que a ausência de citação do Réu impede a formação regular do processo.

B) No caso de eventual recurso de Brenda, o juízo que proferiu a sentença poderá, se assim entender, retratar-se.

C) Se a matéria de mérito estivesse pacificada nos Tribunais Superiores em favor da autora, poderia o magistrado, ao receber a petição inicial, sentenciar o feito e julgar desde logo procedente o pedido.

D) Mesmo que a demanda envolvesse necessidade de produção de prova pericial, o magistrado poderia se valer da improcedência liminar, tendo em vista a força dos precedentes dos Tribunais Superiores.

Comentários

Esta questão trabalha o conhecimento sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas. Vejamos o que dispõe o art. 285-A: *Art. 285-A. Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.*

§ 1º Se o autor apelar, é facultado ao juiz decidir, no prazo de 5 (cinco) dias, não manter a sentença e determinar o prosseguimento da ação.

§ 2º Caso seja mantida a sentença, será ordenada a citação do réu para responder ao recurso.

Na situação expressa pela questão, o juiz poderá retratar-se, no prazo de 5 dias, se houver apelação de Brenda. A letra "b" é o gabarito da questão.

Gabarito: B

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

João, maior e capaz, correntista do Banco Grana Alta S/A, ao verificar o extrato da sua conta-corrente, constata a realização de um saque indevido no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), razão pela qual ingressa com ação de indenização por dano material em face da referida instituição financeira. Contudo, antes mesmo da citação da sociedade ré, João comunica ao juízo seu desinteresse no prosseguimento do feito.

A partir do caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

A) A desistência da ação produz, como um dos seus efeitos, o fenômeno da coisa julgada material, obstando que o autor intente nova demanda com conteúdo idêntico perante o Poder Judiciário.

B) Tendo em vista que a causa versa sobre direito indisponível, poderá o juiz, de ofício, dar prosseguimento ao feito, determinando a citação da instituição financeira para que apresente, no prazo de 15 dias, sua resposta.

C) A desistência somente produzirá efeitos, extinguindo o processo, se houver o prévio consentimento do Banco Grana Alta S/A.

D) Diante da desistência unilateral do autor da ação, operarse-á a extinção do processo sem resolução do mérito.

Comentários

Conforme disposição do artigo 267: *Art. 267. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito: [...]*

VIII – quando o autor desistir da ação; [...]

§ 4º Depois de decorrido o prazo para a resposta, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação.

Percebam que o enunciado menciona que, antes mesmo de citar a parte ré, o autor desiste da ação, logo a letra "d" consiste na resposta à questão.

Gabarito: D

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Em determinada execução fundada em um cheque, o juiz, atendendo pedido do credor, defere a penhora de 50% do faturamento da sociedade empresária devedora. Inconformada, tendo em vista que tal decisão poderia gerar a interrupção de suas atividades, a executada interpõe agravo de instrumento, recurso esse que, apesar de regularmente admitido, é desprovido, à unanimidade, pelo competente Tribunal de Justiça. Ato contínuo, a executada interpõe recurso especial, o qual se encontra pendente de julgamento, sem previsão de análise. Levando em conta a legislação processual e as orientações jurisprudenciais aplicáveis à espécie, assinale a opção que indica o procedimento que o advogado deve adotar para, ao menos, suspender os efeitos da referida decisão.

A) Deverá requerer o efeito suspensivo ao Desembargador Relator do Agravo de Instrumento, demonstrando, na oportunidade, a urgência e a gravidade da situação.

- B) Deverá requerer o efeito suspensivo diretamente ao Superior Tribunal de Justiça, órgão competente para o julgamento do Recurso Especial.
- C) Deverá, em razão da impossibilidade de concessão de efeito suspensivo em sede de recurso especial, impetrar Mandado de Segurança junto ao Superior Tribunal de Justiça, requerendo, na oportunidade, a concessão de medida liminar.
- D) Deverá propor uma medida cautelar, dirigida ao Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça de origem, tendo em vista não ter havido, ainda, juízo de admissibilidade a respeito do recurso especial.

Comentários

Vale destacar que por se tratar de recurso especial proveniente de decisão interlocutória proferida no curso de execução de título extrajudicial, configura-se indevida a retenção do recurso especial, porquanto não caracterizadas as hipóteses taxativas do art. 542, § 3º, do CPC. Todavia, a questão a ser comentada aqui é outra, quanto à suspensão dos efeitos da execução até o processamento do recurso especial.

Nesse caso, a resposta à questão é a letra "d", pois há entendimento jurisprudencial que referenda o cabimento de medida cautelar para conferir efeito suspensivo ao recurso especial, por aplicação do artigo 798 do CPC:

Art. 798. Além dos procedimentos cautelares específicos, que este Código regula no Capítulo II deste Livro, poderá o juiz determinar as medidas provisórias que julgar adequadas, quando houver fundado receio de que uma parte, antes do julgamento da lide, cause ao direito da outra lesão grave e de difícil reparação.

Gabarito: D

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Renato, desejando ajuizar uma ação de obrigação de fazer em face de seu vizinho Túlio, procurou Roberto, advogado recém formado, que usou um modelo de petição inicial encontrado na Internet. Protocolizada a petição, o juízo indeferiu a inicial e julgou extinto o processo, sem resolução de mérito, ao fundamento de que da narração dos fatos não decorria logicamente a conclusão.

Considerando que o autor interpôs o recurso cabível contra esse ato decisório, assinale a afirmativa correta.

- A) O recurso interposto nesse caso permite ao magistrado exercer o juízo de retratação, podendo reformar a decisão que indeferiu a petição inicial em quarenta e oito horas.
- B) O recurso interposto pelo autor foi o agravo de instrumento, uma vez que o ato do juízo não pôs fim ao processo, tratando-se de decisão interlocutória.
- C) É indispensável a citação do réu para integrar a relação processual e oferecer contrarrazões, em homenagem aos princípios da ampla defesa e do contraditório.
- D) Caso a sentença seja confirmada pelo Tribunal, Renato deverá ser condenado ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais.

Comentários

Vale lembrar que o juízo de retratação da sentença apenas tem lugar nos casos de: 1) indeferimento da inicial, na forma do art. 296 do CPC; ou 2) improcedência liminar, na forma do art. 285-A.

Art. 296. Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, reformar sua decisão.

Gabarito: A**Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016**

Juliana ajuizou ação declaratória de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela para retirada de seu nome dos órgãos de proteção ao crédito, em face de BG Financeira S/A, com quem mantém contrato de empréstimo bancário. A autora instruiu a inicial com os comprovantes de pagamento das prestações que atestam a pontualidade no cumprimento das parcelas do empréstimo.

Considerando a hipótese narrada e as regras sobre a antecipação de tutela prevista no Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

- A) O juiz somente poderá conceder a antecipação dos efeitos da tutela após a BG Financeira S/A apresentar sua contestação.*
- B) Tendo sido demonstrados o fumus boni iuris e o periculum in mora, deverá o juiz deferir a antecipação dos efeitos da tutela, in limine, para a retirada do nome de Juliana dos órgãos de restrição ao crédito.*
- C) A concessão dos efeitos da tutela antecipada, uma vez deferida, somente perderá sua eficácia com o trânsito em julgado da sentença.*
- D) O CPC veda expressamente a concessão dos efeitos da tutela antecipada no bojo da sentença que extingue o processo com resolução de mérito.*

Comentários

Para responder a esta questão, façamos a leitura do artigo 273, incisos I e II, nos quais constam os requisitos para a antecipação dos efeitos da tutela:

Art. 273. O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e:

I – haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou

II – fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.

A prova inequívoca assemelha-se ao fumus boni juris, necessário à concessão das tutelas cautelares, em que também a cognição do juiz é feita com base em probabilidade; e o fundado receio de dano irreparável, que corresponderia ao *periculum in mora*. A resposta à questão está na letra "b".

Gabarito: B**Direito Penal***comentários pelo Prof. Renan Araújo***Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016**

Durante uma discussão, Theodoro, inimigo declarado de Valentim, seu cunhado, golpeou a barriga de seu rival com uma faca, com intenção de matá-lo. Ocorre que, após o primeiro golpe, pensando em seus sobrinhos, Theodoro percebeu a incorreção de seus atos e optou por não mais continuar golpeando Valentim, apesar de saber que aquela única facada não seria suficiente para matá-lo.

Neste caso, Theodoro

- A) não responderá por crime algum, diante de seu arrependimento.
- B) responderá pelo crime de lesão corporal, em virtude de sua desistência voluntária.
- C) responderá pelo crime de lesão corporal, em virtude de seu arrependimento eficaz.
- D) responderá por tentativa de homicídio.

Comentários

Neste caso ocorreu o que se chama de “desistência voluntária”, pois o agente, mesmo podendo prosseguir na execução do delito, voluntariamente desiste de dar continuidade. Neste caso, nos termos do art. 15 do CP, o agente responde apenas pelos atos até então praticados, ou seja, pelos resultados até então efetivamente obtidos, que são as lesões corporais provocadas na vítima, desprezando-se o dolo inicial (que era de matar).

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA B.

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Pedro e Paulo bebiam em um bar da cidade quando teve início uma discussão sobre futebol. Pedro, objetivando atingir Paulo, desferiu contra ele um disparo que atingiu o alvo desejado e também terceira pessoa que se encontrava no local, certo que ambas as vítimas faleceram, inclusive aquela cuja morte não era querida pelo agente.

Para resolver a questão no campo jurídico, deve ser aplicada a seguinte modalidade de erro:

- A) erro sobre a pessoa.
- B) *aberratio ictus*.
- C) *aberratio criminis*.
- D) erro determinado por terceiro.

Comentários

Neste caso ocorreu *aberratio ictus*, ou erro na execução, pois em virtude de acidente o agente atingiu pessoa diversa daquela que pretendia atingir (embora também tenha atingido a vítima visada, motivo pelo qual responderá pelos dois delitos em concurso formal, nos termos do art. 73 c/c art. 70 do CP).

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA B.

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Após realizarem o roubo de um caminhão de carga, os roubadores não sabem como guardar as coisas subtraídas até o transporte para outro Estado no dia seguinte. Diante dessa situação, procuram Paulo, amigo dos criminosos, e pedem para que ele guarde a carga subtraída no seu galpão por 24 horas, admitindo a origem ilícita do material. Paulo, para ajudá-los, permite que a carga fique no seu galpão, que é utilizado como uma oficina mecânica, até o dia seguinte. A polícia encontra na mesma madrugada todo o material no galpão de Paulo, que é preso em flagrante.

Diante desse quadro fático, Paulo deverá responder pelo crime de

- A) *receptação*.
- B) *receptação qualificada*.
- C) *roubo majorado*.

D) favorecimento real.

Comentários

Neste caso Paulo responderá pelo delito de favorecimento real, previsto no art. 349 do CP. Isso porque Paulo prestou auxílio aos criminosos para que pudessem tornar seguro o proveito do crime. Não se trata, aqui, de coautoria ou participação no delito de roubo, eis que Paulo somente aceitou prestar auxílio quando o crime já havia se consumado. Assim, Paulo não pode mais ser coautor ou partícipe de um crime que já ocorreu. Contudo, caso Paulo já tivesse, previamente, combinado com os infratores que prestaria o auxílio necessário, responderia como partícipe do roubo praticado.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA D.

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Em razão do aumento do número de crimes de dano qualificado contra o patrimônio da União (pena: detenção de 6 meses a 3 anos e multa), foi editada uma lei que passou a prever que, entre 20 de agosto de 2015 e 31 de dezembro de 2015, tal delito (Art. 163, parágrafo único, inciso III, do Código Penal) passaria a ter pena de 2 a 5 anos de detenção. João, em 20 de dezembro de 2015, destrói dolosamente um bem de propriedade da União, razão pela qual foi denunciado, em 8 de janeiro de 2016, como incurso nas sanções do Art. 163, parágrafo único, inciso III, do Código Penal.

Considerando a hipótese narrada, no momento do julgamento, em março de 2016, deverá ser considerada, em caso de condenação, a pena de

- A) 6 meses a 3 anos de detenção, pois a Constituição prevê o princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica ao réu.*
- B) 2 a 5 anos de detenção, pois a lei temporária tem ultratividade gravosa.*
- C) 6 meses a 3 anos de detenção, pois aplica-se o princípio do tempus regit actum (tempo rege o ato).*
- D) 2 a 5 anos de detenção, pois a lei excepcional tem ultratividade gravosa.*

Comentários

Considerando que esta Lei já entrou em vigor com PRAZO CERTO para vigorar, temos o que se chama de lei temporária. Em relação às leis temporárias aplica-se a ultratividade gravosa, ou seja, elas continuam a reger os fatos praticados durante sua vigência, mesmo após expirado o prazo de sua validade (não é necessário que o agente seja processado, condenado e punido dentro do prazo de validade da Lei).

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA B.

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Durante uma operação em favela do Rio de Janeiro, policiais militares conseguem deter um jovem da comunidade portando um rádio transmissor. Acreditando ser o mesmo integrante do tráfico da comunidade, mediante violência física, os policiais exigem que ele indique o local onde as drogas e as armas estavam guardadas.

Em razão das lesões sofridas, o jovem vem a falecer. O fato foi descoberto e os policiais disseram que ocorreu um acidente, porquanto não queriam a morte do rapaz por eles

detido, apesar de confirmarem que davam choques elétricos em seu corpo molhado com o fim de descobrir o esconderijo das drogas.

Diante desse quadro, que restou integralmente provado, os policiais deverão responder pelo crime de

- A) lesão corporal seguida de morte.*
- B) tortura qualificada pela morte com causa de aumento.*
- C) homicídio qualificado pela tortura.*
- D) abuso de autoridade.*

Comentários

Neste caso os agentes devem responder pelo delito de tortura qualificada pelo resultado morte, nos termos do art. 1º, I, "a", e seu §3º da Lei 9.455/97. Além disso, deverá ser aplicada aos agentes a causa de aumento de pena do art. 1º, §4º, I da Lei 9.455/97, pois o delito foi praticado por agentes públicos.

O abuso de autoridade, aqui, fica absorvido pela tortura praticada. Não há que se falar, ainda, em homicídio qualificado pela tortura, eis que a intenção não era a de matar, mas de torturar, tendo o resultado morte decorrido dos excessos empregados na tortura.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA B.

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Patrício, ao chegar em sua residência, constatou o desaparecimento de um relógio que havia herdado de seu falecido pai. Suspeitando de um empregado que acabara de contratar para trabalhar em sua casa e que ficara sozinho por todo o dia no local, Patrício registrou o fato na Delegacia própria, apontando, de maneira precipitada, o empregado como autor da subtração, sendo instaurado o respectivo inquérito em desfavor daquele "suspeito". Ao final da investigação, o inquérito foi arquivado a requerimento do Ministério Público, ficando demonstrado que o indiciado não fora o autor da infração.

Considerando que Patrício deu causa à instauração de inquérito policial em desfavor de empregado cuja inocência restou demonstrada, é correto afirmar que o seu comportamento configura

- A) fato atípico.*
- B) crime de denúncia caluniosa dolosa.*
- C) crime de denúncia caluniosa culposa.*
- D) calúnia.*

Comentários:

Temos aqui um fato atípico. O agente, apesar de ter dado causa à instauração de inquérito policial em desfavor de alguém cuja inocência restou demonstrada, não praticou o crime de denúncia caluniosa, previsto no art. 339 do CP. Isto porque o delito de denúncia caluniosa exige que o agente impute falsamente o crime à alguém, SABENDO que a pessoa é inocente, ou seja, pratique a conduta para prejudicar a pessoa, sabendo que ela não praticou o delito. No caso, o patrão apenas se equivocou, de maneira que não teve a intenção de prejudicar o empregado. Não há que se falar, ainda, em denúncia caluniosa culposa, por ausência de previsão legal.

Por fim, incabível falar em calúnia, eis que também não há previsão na forma culposa.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA A.

Direito do Trabalho

comentários pelo Prof. Antônio Daud Jr.

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Jonilson trabalhava na sociedade empresária XYZ Ltda. e atuava como analista financeiro. Mostrando bom desempenho, o empregador o promoveu ao cargo de confiança de gerente financeiro e, dali em diante, passou a lhe pagar, além do salário, uma gratificação de função de 50% do salário. Oito anos após, a empresa resolveu retornar Jonilson ao cargo de origem e suprimiu a gratificação de função. Diante da situação apresentada, nos termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

- A) Uma alteração desse vulto necessitaria de ordem judicial, a ser declarada em ação revisional.
- B) A reversão é válida, pois não há estabilidade em cargos de gerência.
- C) Pode haver a reversão, mas a gratificação de função não pode ser suprimida.
- D) A alteração contratual é nula, tratando-se na verdade de rebaixamento.

Comentário

A questão aborda a reversão, prevista no art. 468, parágrafo único, da CLT, transcrito abaixo. Questão muito parecida à do III Exame de Ordem Unificado (2011).

*CLT, art. 468, parágrafo único – **Não** se considera alteração unilateral a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.*

Gabarito: B

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Maria trabalha para a sociedade empresária Beta e recentemente foi aposentada por invalidez. Diante desse fato, a empresa cancelou o plano de saúde de Maria. Em relação à hipótese retratada e de acordo com a lei e o entendimento sumulado do TST, assinale a afirmativa correta.

- A) A sociedade empresária agiu corretamente, pois a aposentadoria por invalidez rompeu o contrato de trabalho.
- B) A sociedade empresária poderia, diante da situação retratada e a seu exclusivo critério, manter ou não o plano de saúde.
- C) A sociedade empresária terá obrigação de manter o plano por 12 meses, quando terminaria a estabilidade da obreira.
- D) A sociedade empresária se equivocou, porque o contrato está suspenso, devendo ser mantido o plano de saúde.

Comentários

Primeiramente, temos que lembrar que a aposentadoria por invalidez representa uma **suspensão** do contrato de trabalho:

CLT, art. 475 – O empregado que for aposentado por invalidez terá suspensão o seu contrato de trabalho durante o prazo fixado pelas leis de previdência social para a efetivação do benefício.

Assim, nesta situação, o empregador não poderia suspender o plano de saúde do empregado, neste momento em que ele mais necessita. Nesse sentido, temos a SUM-440 do TST, aprovada na reforma jurisprudencial de setembro de 2012:

Súmula nº 440 do TST: AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. RECONHECIMENTO DO DIREITO À MANUTENÇÃO DE PLANO DE SAÚDE OU DE ASSISTÊNCIA MÉDICA – Res. 185/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27.09.2012

Assegura-se o direito à manutenção de plano de saúde ou de assistência médica oferecido pela empresa ao empregado, não obstante suspenso o contrato de trabalho em virtude de auxílio-doença acidentário ou de aposentadoria por invalidez.

Portanto, entendemos que **cabe recurso** em face da presente questão, para que o gabarito seja alterado para (D), sobretudo considerando que o respectivo enunciado fez menção ao “entendimento sumulado do TST”.

Gabarito preliminar da FGV: B

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Pedro é empregado rural na Fazenda Granja Nova. Sua jornada é de segunda a sexta-feira, das 21 às 5h, com intervalo de uma hora para refeição. Considerando o caso retratado, assinale a afirmativa correta.

- A) A hora noturna de Pedro será computada como tendo 60 minutos.
- B) A hora noturna rural é reduzida, sendo de 52 minutos e 30 segundos.
- C) A hora noturna de Pedro será acrescida de 20%.
- D) Não há previsão de redução de hora noturna nem de adicional noturno para o rural.

Comentários

De fato, os empregados rurais não fazem jus à hora noturna reduzida, como os empregados urbanos, ou seja, **a hora noturna dos rurícolas é de 60 minutos**. Por outro lado, o **percentual** do adicional noturno para os rurícolas **é de 25%** (Lei 5.889/73, art. 7º), enquanto de 20% para os urbanos (CLT, art. 73).

Gabarito: A

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Maria trabalha como soldadora em uma empresa há 7 anos. Sua jornada contratual deveria ser de segunda a sexta-feira, das 9 às 18h, com intervalo de uma hora para refeição e, aos sábados, das 8 às 12h. Nos últimos 3 anos, no entanto, o empregador vem exigindo de Maria a realização de uma hora extra diária, pois realizou um grande negócio de exportação e precisa cumprir rigorosamente os prazos fixados. Findo o contrato de exportação, o

empregador determinou que Maria retornasse à sua jornada contratual original. Nesse caso, considerando o entendimento consolidado do TST, assinale a afirmativa correta.

- A) As horas extras se incorporaram ao salário de Maria e dela não podem ser retiradas, sendo vedada a alteração maléfica.
- B) O empregador deverá pagar a Maria uma indenização de 1 mês de horas extras por cada ano de horas extras trabalhadas e, assim, suprimir o pagamento da sobrejornada.
- C) O empregador deverá conceder uma indenização à empregada pelo prejuízo financeiro, que deverá ser arbitrada de comum acordo entre as partes e homologada no sindicato.
- D) Maria terá de continuar a trabalhar em regime de horas extras, pois não se admite a novação objetiva na relação de emprego.

Comentário

Na verdade, essa letra (D) é um absurdo!

Em que pese o gabarito, entendemos que a alternativa (B) é a correta, tendo em vista o teor da SUM-291 do TST:

Súmula nº 291 do TST: HORAS EXTRAS. HABITUALIDADE. SUPRESSÃO. INDENIZAÇÃO. (nova redação em decorrência do julgamento do processo TST-IUJERR 10700-45.2007.5.22.0101) – Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011

A **supressão** total ou parcial, pelo empregador, **de serviço suplementar prestado com habitualidade**, durante pelo menos 1 (um) ano, assegura ao empregado o direito à **indenização** correspondente ao valor de **1 (um) mês das horas suprimidas**, total ou parcialmente, **para cada ano** ou fração igual ou superior a seis meses **de prestação de serviço acima da jornada normal**. O cálculo observará a média das horas suplementares nos últimos 12 (doze) meses anteriores à mudança, multiplicada pelo valor da hora extra do dia da supressão.

Portanto, entendemos que **cabe recurso** em face da presente questão, para que o gabarito seja alterado para (B), sobretudo considerando que o respectivo enunciado fez menção ao “entendimento consolidado do TST”.

Gabarito preliminar da FGV: D

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Os empregados da sociedade empresária ABC Ltda. criaram uma sociedade cooperativa de crédito que busca dar acesso a empréstimos com juros bastante reduzidos para os próprios empregados da empresa ABC. Renata, que trabalha na empresa em questão, foi eleita diretora suplente dessa sociedade cooperativa de crédito e, dois meses depois, foi dispensada sem justa causa. Com base na hipótese apresentada, de acordo com o entendimento consolidado do TST, assinale a afirmativa correta.

- A) Renata é estável por ter sido eleita, razão pela qual deverá ser reintegrada.
- B) Não se cogitará de reintegração, seja do titular ou do suplente, porque esse caso não é previsto na lei como gerador de estabilidade.
- C) A condição legal para que Renata seja estável é que contraia ao menos um empréstimo junto à cooperativa.

D) Renata não terá garantia no emprego por ser suplente, e a estabilidade alcança apenas o titular.

Comentários

Questão exigiu a interpretação do art. 55 da Lei 5.764/1971 feita pela OJ 253 da SDI-1:

OJ-SDI-1-253. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. COOPERATIVA. LEI Nº 5.764/71. CONSELHO FISCAL. SUPLENTE. NÃO ASSEGURADA (inserida em 13.03.2002)

*O art. 55 da Lei nº 5.764/71 assegura a garantia de emprego apenas aos empregados eleitos diretores de Cooperativas, **não abrangendo os membros suplentes.***

Gabarito: D

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Jorge é um teletrabalhador e cumpre jornada preestabelecida pelo empregador, que o monitora por meio de meios telemáticos. A empresa montou um home office na residência do empregado, fornecendo móveis (mesa e cadeira ergonômica), computador e impressora. Em determinado dia de trabalho, quando conferia relatórios, a cadeira em que Jorge estava sentado quebrou e ele, devido à queda violenta, machucou-se. Na hipótese, de acordo com a Lei,

A) ocorreu acidente do trabalho, sendo irrelevante se o trabalho é prestado na residência do empregado.

B) não se pode cogitar de acidente do trabalho no teletrabalho, pois o empregado está em seu domicílio e não sob as vistas do empregador.

C) o evento jamais poderá ser considerado acidente do trabalho, uma vez que a situação não foi testemunhada por ninguém.

D) todo acidente domiciliar é acidente do trabalho, segundo a legislação previdenciária.

Comentários

Tendo em vista a atual redação do art. 6º da CLT e o disposto no art. 19 da Lei 8.213/1991, não se tem dúvidas de que o acidente ocorrido no local de trabalho de Jorge, em dia de trabalho, com móveis fornecidos pelo empregador é acidente de trabalho:

*CLT, art. 6º **Não se distingue** entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de emprego. (Redação dada pela Lei nº 12.551, de 2011)*

*Parágrafo único. Os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão **se equiparam**, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio.*

*Lei 8.213, art. 19. Acidente do trabalho é o que **ocorre pelo exercício do trabalho a serviço de empresa** ou de empregador doméstico ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.*

Direito Empresarial

comentários pelo Prof. Gabriel Rabelo

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Xerxes constituiu uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI) com sede na zona rural do município de Vale Real para fabricação de laticínios, cuja matéria prima será adquirida de produtores rurais da região ou de cooperativas de produtores rurais. A pessoa jurídica será administrada por sua cunhada Ceres e seu instituidor pretende adotar como nome empresarial a espécie denominação.

Com base nessas informações e na disciplina legal da EIRELI, assinale a afirmativa correta.

A) A administração da EIRELI deverá ser exercida em caráter privativo por Xerxes, que poderá designar mandatário em ato separado.

B) Para a constituição da EIRELI não há capital mínimo, no entanto esse deve estar previamente integralizado.

C) A EIRELI em questão adquire personalidade jurídica com a inscrição do ato de constituição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo das Juntas Comerciais.

D) A EIRELI deverá adotar firma como espécie de nome empresarial, formada pelo patronímico do titular, acrescido do objeto da empresa e da expressão "EIRELI".

Comentários

Comentemos item a item...

A) A administração da EIRELI deverá ser exercida em caráter privativo por Xerxes, que poderá designar mandatário em ato separado.

A resposta é extraída utilizando-se as normas supletivas da Sociedade Limitada.

Art. 980-A. § 6º Aplicam-se à empresa individual de responsabilidade limitada, no que couber, as regras previstas para as sociedades limitadas. (Incluído pela Lei nº 12.441, de 2011) (Vigência)

Art. 1.064. O uso da firma ou denominação social é privativo dos administradores que tenham os necessários poderes.

Portanto, pode haver outros administradores na EIRELI.

Item incorreto.

B) Para a constituição da EIRELI não há capital mínimo, no entanto esse deve estar previamente integralizado.

Item incorreto.

Art. 980-A. A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade **do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.** (Incluído pela Lei nº 12.441, de 2011) (Vigência)

C) A EIRELI em questão adquire personalidade jurídica com a inscrição do ato de constituição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo das Juntas Comerciais.

Este é o nosso gabarito. A EIRELI adquire personalidade jurídica com inscrição de seus atos constitutivos na Junta.

D) A EIRELI deverá adotar firma como espécie de nome empresarial, formada pelo patronímico do titular, acrescido do objeto da empresa e da expressão "EIRELI".

Item incorreto.

O nome pode ser firma ou denominação.

Art. 980-A. § 1º O nome empresarial deverá ser formado pela inclusão da expressão "EIRELI" após a **firma ou a denominação social** da empresa individual de responsabilidade limitada. (Incluído pela Lei nº 12.441, de 2011) (Vigência)

Gabarito → C.

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Eugênio de Castro é sócio e administrador designado no contrato da sociedade empresária Vale do Taquari Empreendimentos Hoteleiros Ltda. De acordo com cláusula contratual, o referido administrador faz jus à percepção de pró-labore bimestral no valor fixo de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). Com a decretação da falência da referida sociedade, sua advogada verificou que não consta o crédito do cliente na relação de credores publicada no Diário Oficial.

Assinale a opção que indica a classificação correta na habilitação de crédito a ser apresentada ao Juízo da falência.

- A) Crédito subordinado.
- B) Crédito quirografário.
- C) Crédito subquirografário.
- D) Crédito equiparado ao trabalhista, até o limite de 150 salários mínimos.

Comentários

Segundo a Lei 11.101/2005:

Art. 83. A classificação dos créditos na falência obedece à seguinte ordem:

I – os créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e os decorrentes de acidentes de trabalho;

II - créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado;

III – créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias;

IV – créditos com privilégio especial, a saber:

a) os previstos no art. 964 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002;

b) os assim definidos em outras leis civis e comerciais, salvo disposição contrária desta Lei;

c) aqueles a cujos titulares a lei confira o direito de retenção sobre a coisa dada em garantia;

d) aqueles em favor dos microempreendedores individuais e das microempresas e empresas de pequeno porte de que trata a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006 (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

V – créditos com privilégio geral, a saber:

a) os previstos no art. 965 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002;

b) os previstos no parágrafo único do art. 67 desta Lei;

c) os assim definidos em outras leis civis e comerciais, salvo disposição contrária desta Lei;

VI – créditos quirografários, a saber:

a) aqueles não previstos nos demais incisos deste artigo;

b) os saldos dos créditos não cobertos pelo produto da alienação dos bens vinculados ao seu pagamento;

c) os saldos dos créditos derivados da legislação do trabalho que excederem o limite estabelecido no inciso I do caput deste artigo;

VII – as multas contratuais e as penas pecuniárias por infração das leis penais ou administrativas, inclusive as multas tributárias;

VIII – créditos subordinados, a saber:

a) os assim previstos em lei ou em contrato;

b) os créditos dos sócios e dos administradores sem vínculo empregatício.

Assim, os créditos dos sócio que não tem vínculo empregatício é crédito subordinado.

Todavia, a doutrina Fábio Ulhoa nos ensina que:

“A classe dos credores subquirografários, atendida após a completa satisfação dos quirografários, compreende duas subclasses: a dos créditos por ato ilícito e a dos credores subordinados. Entre essas subclasses, há hierarquia, em razão da qual devem ser atendidos, inicialmente, os créditos por ilícito. Assim, depois de pagos os credores quirografários e antes de começar a atender os subordinados, o administrador judicial deve proceder ao pagamento das multas contratuais e penas pecuniárias

(...)

A segunda subclasse dos credores subquirografários é a dos subordinados. Ela abrange os créditos cujo pagamento somente pode ser feito após a satisfação integral dos credores da falida, inclusive dos juros posteriores à massa”.

(Curso de Direito Comercial III, Fábio Ulhoa, 2014/2015).

Portanto, há duas resposta possíveis!

A doutrina de Fábio Ulhoa cita que os créditos subordinados são também subquirográficos.

Gabarito → A.

Solicitar → Anulação: Duas respostas possíveis.

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Servidor da Junta Comercial verificou que o requerimento de alteração contratual de uma sociedade limitada com vinte e dois sócios e sede no município de Solidão não foi assinado pelo administrador, mas por mandatário da sociedade, com poderes específicos. O requerimento foi instruído com uma nova versão do contrato social desacompanhada da ata da deliberação que a aprovou. O referido servidor determinou que fosse sanada a pretensa irregularidade.

Com base nessas informações, assinale a afirmativa correta.

A) O servidor não agiu corretamente porque cumpre à autoridade competente, antes de efetivar o registro, fiscalizar apenas a observância das formalidades extrínsecas ao ato, e não formalidades intrínsecas relativas aos documentos apresentados; portanto, a alteração deveria ser arquivada.

B) O servidor agiu corretamente porque cumpre à autoridade competente, antes de efetivar o registro, fiscalizar a observância das prescrições legais concernentes ao ato ou aos documentos apresentados; havendo irregularidades, deve ser notificado o requerente para saná-las.

C) O servidor não agiu corretamente porque as irregularidades apresentadas no enunciado são insanáveis por se referirem a requisitos substanciais e de validade do documento, bem como de representação da pessoa jurídica.

D) O servidor agiu corretamente porque somente o administrador, como órgão da pessoa jurídica, tem legitimidade para pleitear o arquivamento da alteração contratual; havendo irregularidades, deve ser notificado o requerente para saná-las.

Comentários

Segundo a Lei de Registro Público de Empresas Mercantis (Lei 8.934/1994):

Art. 37. Instruirão obrigatoriamente os pedidos de arquivamento:

I - o instrumento original de constituição, modificação ou extinção de empresas mercantis, assinado pelo titular, pelos administradores, sócios ou seus procuradores;

Ainda, nos termos do Código Civil:

Art. 1.153. Cumpre à autoridade competente, antes de efetivar o registro, verificar a autenticidade e a legitimidade do signatário do requerimento, bem como fiscalizar a observância das prescrições legais concernentes ao ato ou aos documentos apresentados.

Parágrafo único. Das irregularidades encontradas deve ser notificado o requerente, que, se for o caso, poderá saná-las, obedecendo às formalidades da lei.

Gabarito → B.

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Determinado órgão da administração pública indireta (autarquia municipal) consultou seu procurador sobre a possibilidade de utilizar-se da arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis com uma sociedade empresária.

Com base na hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

A) A arbitragem é incompatível com a administração pública, pois todas as questões que envolvem entes públicos possuem interesses vinculados de toda a coletividade, não sendo, portanto, disponíveis os direitos patrimoniais envolvidos.

B) Não é possível a instituição da arbitragem pela administração pública indireta, apenas por órgãos da administração pública direta e, nesse caso, a autoridade competente para a celebração de convenção de arbitragem é a mesma para a realização de acordos ou transações.

C) Tanto os órgãos integrantes da administração pública direta quanto indireta poderão utilizar-se da arbitragem, que poderá ser de direito ou de equidade, a critério das partes, e respeitará o princípio da publicidade.

D) É possível a utilização da arbitragem pela administração pública direta ou indireta, e, uma vez instituída quando aceita a nomeação pelo árbitro, se for único, ou por todos, se forem vários, haverá a interrupção da prescrição, retroagindo à data do requerimento de sua instauração.

Comentários

Segundo a Lei de Arbitragem:

Art. 1º As pessoas capazes de contratar poderão valer-se da arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis.

§ 1º **A administração pública direta e indireta poderá utilizar-se da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis.** (Incluído pela Lei nº 13.129, de 2015) (Vigência)

Art. 19. Considera-se instituída a arbitragem quando aceita a nomeação pelo árbitro, se for único, ou por todos, se forem vários.

§ 2º A instituição da arbitragem interrompe a prescrição, retroagindo à data do requerimento de sua instauração, ainda que extinta a arbitragem por ausência de jurisdição. (Incluído pela Lei nº 13.129, de 2015) (Vigência)

Gabarito → D.

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Nanci, empresária individual, contraiu empréstimo com instituição financeira, formalizado em contrato de abertura de crédito. A esse contrato foi vinculada nota promissória avalizada, emitida pela mutuária em favor da mutuante.

Em relação à obrigação firmada pelo avalista, assinale a afirmativa correta.

A) A nota promissória vinculada ao contrato de abertura de crédito não goza de autonomia em razão da iliquidez do título que a originou.

B) A nota promissória vinculada ao contrato de abertura de crédito goza de autonomia em razão do contrato de abertura de crédito ser título executivo extrajudicial.

C) O avalista poderá arguir exceção de pré-executividade em razão da iliquidez do título que originou a nota promissória, mesmo que esta tenha força executiva e autonomia.

D) A nota promissória gozará de autonomia somente com a anuência do avalista no contrato de abertura de crédito, além da sua assinatura no título.

Comentários

Um dos princípios vigentes no âmbito dos títulos de crédito é o da autonomia. Isto é, tão logo emitidos, os títulos deixam de ter vinculação à causa que originou a sua emissão.

Assim, quando A emite um cheque para B, relativo à compra de um carro, no montante de R\$ 10.000,00 e B transfere, mediante endosso, a propriedade deste título a C, por ser seu credor, não poderá A alegar que não pagará a C porque o veículo está com defeito ou não atendeu ao que era esperado, posto que o título de crédito é autônomo e, tão logo emitido, deixa de ter vinculação à causa que o originou.

Esta regra, todavia, é afastada pelo STJ nos casos de contratos de abertura de crédito

Súmula 258 STJ: A nota promissória vinculada a contrato de abertura de crédito não goza de autonomia em razão da iliquidez do título que a originou.

Gabarito → D

Direito Processual Penal

comentários pelo Prof. Renan Araújo

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Antônio foi denunciado e condenado pela prática de um crime de roubo simples à pena privativa de liberdade de 4 anos de reclusão, a ser cumprido em regime fechado, e 10 dias-multa. Publicada a sentença no Diário Oficial, o advogado do réu se manteve inerte. Antônio, que estava preso, foi intimado pessoalmente, em momento posterior, manifestando interesse em recorrer do regime de pena aplicado. Diante disso, 2 dias após a intimação pessoal de Antônio, mas apenas 10 dias após a publicação no Diário Oficial, sua defesa técnica interpus recurso de apelação. O juiz de primeira instância denegou a apelação, afirmando a intempestividade.

Contra essa decisão, o advogado de Antônio deverá apresentar

- A) Recurso de Agravo.
- B) Carta Testemunhável.
- C) Recurso Ordinário Constitucional.
- D) Recurso em Sentido Estrito.

Comentários

Em se tratando de decisão que nega seguimento à apelação, o recurso cabível é o Recurso Em Sentido Estrito (RESE), nos termos do art. 581, XV do CPP.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA D.

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

João, no dia 2 de janeiro de 2015, praticou um crime de apropriação indébita majorada. Foi, então, denunciado como incurso nas sanções penais do Art. 168, §1o, inciso III, do

Código Penal. No curso do processo, mas antes de ser proferida sentença condenatória, dispositivos do Código de Processo Penal de natureza exclusivamente processual sofrem uma reforma legislativa, de modo que o rito a ser seguido no recurso de apelação é modificado. O advogado de João entende que a mudança foi prejudicial, pois é possível que haja uma demora no julgamento dos recursos.

Nesse caso, após a sentença condenatória, é correto afirmar que o advogado de João

A) deverá respeitar o novo rito do recurso de apelação, pois se aplica ao caso o princípio da imediata aplicação da nova lei.

B) não deverá respeitar o novo rito do recurso de apelação, em razão do princípio da irretroatividade da lei prejudicial e de o fato ter sido praticado antes da inovação.

C) não deverá respeitar o novo rito do recurso de apelação, em razão do princípio da ultratividade da lei.

D) deverá respeitar o novo rito do recurso de apelação, pois se aplica ao caso o princípio da extratividade.

Comentários

No processo penal vigora o princípio do tempus regit actum, ou seja, o ato processual será praticado de acordo com a lei processual que vigorar no momento de sua realização, independentemente de se tratar de lei processual mais gravosa do que aquela que vigorava no momento da prática do delito, nos termos do art. 2º do CPP.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA A.

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

No dia 18 de março de 2015, Bruce foi indiciado pela prática de um crime de roubo majorado que teve como vítima Lourdes, famosa atriz com patrimônio avaliado em R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). Antes de oferecer denúncia, entendendo que haveria indícios veementes da autoria e de que a casa de Bruce havia sido adquirida com os proventos da infração, o Ministério Público requereu, em 14 de abril de 2015, o sequestro desse bem imóvel, sendo a medida deferida e concluída a diligência do sequestro no dia seguinte.

Em 26 de agosto de 2015, Bruce o procura para, na condição de advogado, confirmar que a casa foi adquirida com proventos do crime, mas diz que, até aquela data, não foi denunciado.

Considerando a situação narrada, em relação à medida assecuratória decretada, o advogado de Bruce deverá requerer o levantamento do sequestro, pois

A) a medida assecuratória decretada pelo magistrado foi inadequada, tendo em vista que caberia o arresto.

B) a ação penal não foi intentada nos 60 dias posteriores à conclusão da diligência.

C) a medida assecuratória não poderia ter sido decretada antes do oferecimento da denúncia.

D) o Ministério Público não tinha legitimidade para requerer a medida, pois não havia interesse da Fazenda Pública e o ofendido não era pobre.

Comentários

Neste caso o sequestro deverá ser levantado porque a ação penal não foi ajuizada dentro de sessenta dias a contar da efetivação da diligência (que ocorreu em 15 de abril de 2015), nos termos do art. 131, I do CPP.

O sequestro era a medida cabível (art. 125 do CPP), e o MP poderia requerer a medida (art. 127 do CPP), não havendo nenhum problema na decretação da medida antes do ajuizamento da ação penal (art. 127 do CPP). Desta forma, a única alternativa correta é a letra B.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA B.

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Thales foi denunciado pela prática de um crime de apropriação indébita. Para oitiva da vítima Marcos, residente em cidade diversa do juízo competente, foi expedida carta precatória, sendo todas as partes intimadas dessa expedição. Antes do retorno, foi realizada audiência de instrução e julgamento, mas apenas foram ouvidas as testemunhas de acusação João e José, que apresentaram versões absolutamente discrepantes sobre circunstâncias relevantes, sendo que ambas afirmaram que estavam no local dos fatos. Hélio, padre que escutou a confissão de Thales e tinha conhecimento sobre a dinâmica delitiva, em razão de seu dever de guardar segredo, não foi intimado. Com a concordância das partes, a audiência de continuação para oitiva das testemunhas de defesa e interrogatório foi remarcada.

Considerando apenas as informações narradas, assinale a afirmativa correta.

- A) O depoimento de João foi inválido, já que a oitiva do ofendido deve ser realizada antes das demais testemunhas e a expedição de carta precatória suspende a instrução criminal.*
- B) O juiz poderá fazer a contradita, diante das contradições sobre circunstâncias relevantes nos depoimentos das testemunhas.*
- C) Hélio está proibido de depor sem autorização da parte interessada, salvo quando não for possível, por outro modo, obter a prova do fato.*
- D) O advogado do acusado não precisa ser intimado pessoalmente da data designada para audiência a ser realizada no juízo deprecado.*

Comentários

a) ERRADA: Em regra, de fato, o ofendido deve ser ouvido antes das testemunhas. Contudo, em se tratando de ofendido que será ouvido mediante carta precatória não há nulidade no fato de vir a ser ouvido após a oitiva das testemunhas, pois a expedição de carta precatória não suspende a instrução criminal, nos termos do art. 222, §1º do CPP.

b) ERRADA: Neste caso caberá a acareação, nos termos do art. 229 do CPP. A contradita não se presta a tal finalidade, sendo um mero instrumento de que dispõem as partes para IMPUGNAR a testemunha, antes de iniciado o depoimento, alegando circunstâncias que prejudiquem sua necessária imparcialidade, nos termos do art. 214 do CPP.

c) ERRADA: O padre está proibido de depor sem autorização da parte interessada, pois tem o dever de guardar sigilo, em razão de seu ministério, nos termos do art. 207 do CPP. O erro da questão, contudo, reside no fato de que a afirmativa diz que o padre poderá ser obrigado a depor (mesmo sem autorização da parte interessada) quando isso for indispensável para a obtenção da prova do fato, o que está errado.

d) CORRETA: Item correto, pois nos termos do enunciado nº 273 da súmula de jurisprudência do STJ, uma vez intimada a defesa acerca da expedição da

precatória, é absolutamente desnecessária a intimação da defesa para ciência da data da audiência designada no Juízo deprecado.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA D.

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Em 16/02/2016, Gisele praticou um crime de lesão corporal culposa simples no trânsito, vitimando Maria Clara. Gisele, então, procura seu advogado para saber se faz jus à transação penal, esclarecendo que já foi condenada definitivamente por uma vez a pena restritiva de direitos pela prática de furto e que já se beneficiou do instituto da transação há 7 anos.

Deverá o advogado esclarecer sobre o benefício que

A) não cabe oferecimento de proposta de transação penal porque Gisele já possui condenação anterior com trânsito em julgado.

B) não cabe oferecimento de proposta de transação penal porque Gisele já foi beneficiada pela transação em momento anterior.

C) poderá ser oferecida proposta de transação penal porque só quem já se beneficiou da transação penal nos 3 anos anteriores não poderá receber novamente o benefício.

D) a condenação pela prática de furto e a transação penal obtida há 7 anos não impedem o oferecimento de proposta de transação penal.

Comentários

Nesta questão, o que precisamos saber, basicamente, é se os fatos indicados por Gisele (Ter sido condenada definitivamente por uma vez a pena restritiva de direitos pela prática de furto e já ter se beneficiado do instituto da transação penal há 7 anos) impedem a realização da transação penal. A resposta é negativa.

Nos termos do art. 76, §2º da Lei 9.099/95:

Art. 76 (...) § 2º Não se admitirá a proposta se ficar comprovado:

I - ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva;

II - ter sido o agente beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, pela aplicação de pena restritiva ou multa, nos termos deste artigo;

III - não indicarem os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, ser necessária e suficiente a adoção da medida.

Conforme se verifica, a condenação anterior à pena restritiva de direitos não impede a concessão do benefício. Da mesma forma, o agente só não poderá celebrar a transação penal se foi beneficiado por este instituto nos últimos cinco anos, não sendo este o caso de Gisele.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA D.

Direito Processual do Trabalho

comentários pelo Prof. Bruno Klippel

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

A sociedade empresária Sucos Naturais Ltda., empresa de pequeno porte, teve contra si ajuizada uma reclamação trabalhista, na qual Alice, uma de suas ex-empregadas, postula o pagamento de horas extras. Para a audiência, a sociedade empresária enviou como preposto o empregado que foi contratado para substituir Alice. Em razão disso, o advogado da reclamante protestou contra tal fato, requerendo a aplicação da confissão, pois o preposto não havia presenciado os fatos. Segundo a sistemática da CLT, assinale a afirmativa correta.

- A) A impugnação deve ser acolhida, pois não se pode admitir a existência de um preposto que não tenha testemunhado os fatos.
- B) A lei é omissa acerca de o preposto precisar, ou não, ter testemunhado os fatos, daí porque, diante da omissão legislativa, caberá ao juiz definir.
- C) A impugnação deve ser acolhida, pois é necessário que o preposto tenha vivenciado os fatos, tanto assim que ele obrigatoriamente deverá ser empregado da empresa.
- D) A impugnação deve ser rejeitada, pois o preposto precisa apenas ter conhecimento dos fatos.

Comentários

A alternativa CORRETA é a Letra "D". O Art. 843, §1º da CLT diz que o empregador pode fazer-se representar por preposto **com conhecimento dos fatos**, sem qualquer menção ao fato de ter trabalhado simultaneamente com o reclamante. Assim, a impugnação realizada pelo Advogado do reclamante deve ser rejeitada, já que o preposto, empregado da empresa reclamada, tinha conhecimento dos fatos e isto basto para preencher o requisito legal. Vejamos o dispositivo legal:

"§ 1º - É facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, e cujas declarações obrigarão o proponente".

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Na fase de execução de uma reclamação trabalhista, as partes se apresentaram ao juiz da causa postulando a homologação de acordo que envolveria 80% do valor que estava sendo executado. Diante dessa situação, de acordo com a CLT e o entendimento consolidado do TST, assinale a afirmativa correta.

- A) O juiz não pode homologar o acordo porque estará violando a coisa julgada, pois o pagamento estará sendo feito em valor inferior àquele determinado pela Justiça.
- B) O juiz tem a obrigação de homologar o acordo, se essa é a legítima vontade das partes, sem vícios ou dúvidas.
- C) O acordo, uma vez homologado, faz coisa julgada material para todos, sem exceção, somente podendo ser desconstituído por ação anulatória.
- D) É possível a homologação do acordo, que pode ser realizado a qualquer momento, mas ficará a critério do juiz fazê-lo à luz do caso concreto.

Comentários

A alternativa CORRETA é a Letra "D". O legislador previu dois momentos obrigatórios de conciliação no processo de conhecimento, mas nada impede que em qualquer outra fase, inclusive no processo de execução, as partes levem à

análise do Magistrado um acordo, como foi realizado no caso concreto. Assim, em qualquer momento do processo pode ser homologado o acordo. Ocorre que o Juiz não é obrigado a homologar o acordo, conforme Súmula nº 418 do TST, que diz ser faculdade a homologação do mesmo, devendo o Juiz analisar no caso concreto a viabilidade do acordo apresentado. Vejamos:

"A concessão de liminar ou a homologação de acordo constituem faculdade do juiz, inexistindo direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança".

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

José ajuizou reclamação trabalhista em face da sociedade empresária ABCD Ltda., requerendo horas extras. A sociedade empresária apresentou contestação negando as horas extras e juntou os cartões de ponto, os quais continham horários variados de entrada e saída, marcados por meio de relógio de ponto. O advogado do autor impugnou a documentação. Com base no caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

- A) Na qualidade de advogado do autor, você não precisará produzir qualquer outra prova, pois já impugnou a documentação.*
- B) Na qualidade de advogado da ré, você deverá produzir prova testemunhal, já que a documentação foi impugnada.*
- C) Na qualidade de advogado do autor, o ônus da prova será do seu cliente, razão pela qual você deverá produzir outros meios de prova em razão da sua impugnação à documentação.*
- D) Dada a variação de horários nos documentos, presumem-se os mesmos inválidos diante da impugnação, razão pela qual só caberá o ônus da prova à empresa ré.*

Comentários

A alternativa CORRETA é a Letra "C". A questão, muito bem elaborada, traz situação diversa do que geralmente encontramos, pois diz que os cartões de ponto traziam horários variados (e não uniformes, como de costume). Assim, havendo a negativa da prestação das horas extras e a juntada de documentos válidos, o ônus da prova da prestação da jornada extraordinário é do autor, pois o labor extraordinário é um fato constitutivo seu, é um fato que por ele foi levado ao Poder Judiciário e por ele deve ser provado, conforme dispõe o art. 818 da CLT.

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Hudson ajuizou ação na Justiça do Trabalho na qual postula exclusivamente diferenças na complementação de sua aposentadoria. Hudson explica que, durante 35 anos, foi empregado de uma empresa estatal e contribuiu para o ente de previdência privada fechada, da qual a ex-empregadora é instituidora e patrocinadora. Ocorre que, ao longo do tempo, os empregados da ativa tiveram reajustes salariais que não foram observados na complementação da aposentadoria de Hudson, gerando diferenças, que agora o autor cobra tanto da ex-empregadora quanto do ente de previdência privada. Considerando o caso e de acordo com a CLT, assinale a afirmativa correta.

- A) O processo deverá ser remetido pelo Juiz do Trabalho para a justiça estadual.*
- B) A reclamação trabalhista deverá ser extinta sem resolução do mérito por falta de competência.*

C) A ação trabalhista deverá ter curso normal, com citação e designação de audiência para produção de provas.

D) O destino do feito dependerá dos termos da contestação, pois pode haver prorrogação de competência.

Comentários

A alternativa CORRETA é a Letra "A". No caso, em virtude de decisão proferida pelo STF em 2013, cabe à Justiça Comum a análise dos processos em que se discute a complementação de aposentadoria, tendo em vista, no entender do STF, que não há mais vínculo de emprego que atraia a competência da Justiça Trabalhista, conforme transcrição de notícia publicada no site do TST. Trata-se de questão considerada difícil, que foge ao que a FGV vem cobrando em sede de Exame de Ordem em relação ao tema "competência", por não se tratar de uma ação costumeira para aqueles que iniciam na Advocacia.

No dia 20/2/2013, o STF julgou o Recurso Extraordinário (RE) 586453 e afirmou que cabe à Justiça Comum julgar processos decorrentes de contratos de previdência complementar privada. Como a matéria teve repercussão geral reconhecida, o entendimento passa a valer para todos os processos semelhantes que tramitam nas diversas instâncias do Poder Judiciário – sobretudo na Justiça do Trabalho.

No mesmo julgamento, o STF decidiu também modular os efeitos da decisão e definiu que continuam na Justiça do Trabalho todos os processos que já tiveram sentença de mérito proferida até a data do julgamento. Só os processos que ainda não tenham sido julgados em primeiro grau deverão ser remetidos para a Justiça Comum. O ministro Lelio Bentes citou também outro precedente do STF no mesmo sentido, o ARE 658823, do ministro Ricardo Lewandowski.

O argumento do Supremo Tribunal Federal para afastar a competência da Justiça Trabalhista foi o de que a origem do pagamento de complementação de proventos pela entidade fechada de previdência foi um contrato de trabalho já extinto pela própria aposentadoria. Ressaltou-se também que não existe relação de emprego entre o beneficiário e a entidade previdenciária privada, apesar de o ex-empregador ser o seu garantidor, que justifique a atuação da Justiça Trabalhista. Isso porque o vínculo entre o associado e a entidade privada está disposto em regulamento (artigo 202, parágrafo 2º, disciplinado pelo artigo 68 da Lei Complementar 109/2001). A decisão foi unânime.

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

João foi empregado da sociedade empresária Girassol Terceirização Ltda. e trabalhou como vigilante terceirizado na sociedade empresária Passo Fundo Ltda. durante todo o seu contrato. João foi dispensado e não recebeu nenhuma verba da extinção contratual, motivando-o a ajuizar ação contra ambas as sociedades empresárias. Em audiência, a sociedade empresária Girassol Terceirização Ltda. comprovou documentalmente ter sido decretada a sua falência, ao passo que a sociedade empresária Passo Fundo Ltda. comprovou, nas mesmas condições, ter conseguido a recuperação judicial. As partes estiveram regularmente representadas e assistidas, nenhuma delas requereu a sua exclusão da lide e o pedido foi julgado procedente em parte, com condenação principal da sociedade empresária Girassol e responsabilidade subsidiária da sociedade empresária Passo Fundo.

Diante da situação retratada, da previsão legal e do entendimento do TST, considerando que as sociedades empresárias recorrerão, assinale a afirmativa correta.

- A) *Diante da situação jurídica das sociedades empresárias, elas ficam dispensadas do preparo.*
- B) *A sociedade empresária Girassol precisará realizar preparo, mas a sociedade empresária Passo Fundo, não.*
- C) *Ambas as sociedades empresárias precisarão realizar o preparo integralmente.*
- D) *A sociedade empresária Girassol não precisará realizar preparo, mas a sociedade empresária Passo Fundo, sim.*

Comentários

A alternativa CORRETA é a Letra "D". A situação consta expressamente na Súmula nº 86 do TST, que isenta da realização do preparo a massa falida – no caso a Girassol – mas determina a realização do preparo para aqueles que estão em recuperação judicial, na hipótese a sociedade Passo fundo. Vejamos:

"Não ocorre deserção de recurso da massa falida por falta de pagamento de custas ou de depósito do valor da condenação. Esse privilégio, todavia, não se aplica à empresa em liquidação extrajudicial".

Direito Tributário

comentários pelo Prof. Fábio Dutra

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

João foi citado, em execução fiscal, para pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana ("IPTU") relativo ao imóvel em que reside e do qual é proprietário. Ocorre que o contribuinte pretende impugnar tal cobrança por meio de embargos à execução.

Tendo em vista a disciplina da Lei no 6.830/80, tais embargos poderão ser apresentados no prazo de 30 dias, contados a partir

- A) *da juntada aos autos do mandado de penhora devidamente cumprido.*
- B) *da sua citação.*
- C) *da data da intimação da penhora.*
- D) *da propositura da execução fiscal.*

Comentários

Os embargos podem ser apresentados no prazo de 30 dias contados a partir da data do depósito, da juntada da prova da fiança bancária ou do seguro garantia ou da intimação da penhora, conforme dispõe o art. 16, da Lei 6.830/80. Assim sendo, a única alternativa correta seria a Letra C.

Gabarito: Letra C

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

A pessoa jurídica Verdes Campos Ltda. realiza transporte de cargas entre os estados "X" e "Y" por meio de sua frota de 30 caminhões. Sobre a referida prestação de serviço de transporte, assinale a opção correta.

- A) Incide o ISS, de competência dos Municípios.
- B) Não incide qualquer imposto.
- C) Incide o ICMS, de competência dos Estados.
- D) Incide o IPVA, de competência dos Estados.

Comentários

Como se trata de prestação de serviços, não há que se falar em incidência de IPVA, mas sim do ISS ou ICMS. O ICMS incide sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação. Portanto, tendo em vista o caráter interestadual do serviço mencionado na questão, a incidência é de ICMS.

Gabarito: Letra C**Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016**

A falência da sociedade XYZ Ltda. foi decretada em 5/6/2014. Nessa data, a pessoa jurídica já possuía dois imóveis hipotecados para garantia de dívidas diversas. A União tem créditos tributários a receber da sociedade, inscritos em dívida ativa em abril de 2013.

Baseado nos fatos narrados, assinale a afirmativa correta.

- A) *A União tem direito de preferência sobre todo e qualquer credor, porque o crédito tributário foi inscrito em dívida ativa antes da decretação da falência.*
- B) *A União tem direito de preferência sobre os credores com garantia real, pois o crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição.*
- C) *A União tem de respeitar a preferência dos credores hipotecários, no limite do valor dos bens gravados.*
- D) *A União tem de respeitar a preferência dos credores hipotecários, no limite do valor das dívidas garantidas pelas hipotecas.*

Comentários

De acordo com o art. 186, par. único, do CTN, na falência, o crédito tributário não prefere aos créditos extraconcursais ou às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar, nem aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado. Como o crédito tributário não se caracteriza como extraconcursal, haja vista não se referir a fatos geradores ocorridos após a decretação da falência, os créditos com garantia real possuem preferência em relação ao crédito tributário. Assim sendo, a União tem de respeitar a preferência dos credores hipotecários, no limite do valor dos bens gravados.

Gabarito: Letra C**Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016**

O Estado X, visando aumentar a sua arrecadação, instituiu novo imposto, não previsto na Constituição Federal.

Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta.

- A) *O Estado X pode instituir imposto, mediante lei complementar, desde que previsto na Constituição Estadual.*

- B) Para exercer a competência residual do Estado X, é necessária lei de iniciativa do Governador do Estado.
- C) O Estado X não pode instituir o imposto novo, tendo em vista que a competência residual para a instituição de novos impostos é somente da União.
- D) É vedada à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a instituição de impostos não previstos na Constituição Federal.

Comentários

Alternativa A: A competência tributária residual para instituir novos impostos foi conferida apenas à União. Alternativa errada.

Alternativa B: Como se trata de competência da União, o Estado X não pode exercê-la. Alternativa errada.

Alternativa C: Conforme comentado, a competência tributária residual para instituir novos impostos foi conferida apenas à União. Alternativa correta.

Alternativa D: Tal vedação não se aplica à União, já que o art. 154, I, permitiu que este ente institua novos impostos, além dos que foram previstos na CF/88. Alternativa errada.

Gabarito: Letra C

Direitos Humanos

comentários pelo Prof. Ricardo Torques

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Você, advogado, foi procurado por Maria. Esta relatou que era funcionária de uma sociedade empresária e seu empregador lhe disse que ela estava cotada para uma promoção, mas para tanto deveria entregar um laudo comprovando que não estava grávida. O empregador ainda afirmou que se soubesse, por meio de laudo médico, que ela havia feito algum procedimento que a impedisse de ter filhos, teria a certeza de que Maria estaria plenamente dedicada à sociedade empresária, o que seria muito favorável a sua carreira. Maria terminou o relato que fez a você, informando que se negou a entregar tal laudo e acabou sendo demitida no mês seguinte.

Você sabe que o Brasil é signatário da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

A conduta praticada pelo empregador de Maria pode ser caracterizada como

A) ato moralmente reprovável mas plenamente lícito, uma vez que o empregador agiu na sua esfera de autonomia e dentro do exercício de seu direito potestativo.

B) violação à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, porém sem ensejar consequência jurídica de responsabilização do empregador, uma vez que não há nenhuma outra lei nacional que proteja a mulher trabalhadora em casos como esse.

C) abuso de direito que sujeita o empregador, única e exclusivamente, ao pagamento de indenização pelo dano moral causado à funcionária.

D) violação à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e, também, um crime que pode acarretar ao empregador infrator multa administrativa e proibição de empréstimo, além de ser possível a readmissão da funcionária, desde que ela assim deseje.

Comentários

Nessa questão foi cobrado o conhecimento da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, bem como da Lei 9.029/1995.

A exigência de ludo comprovando que não estava grávida para obter promoção, viola frontalmente o disciplinado no art. 11 da Convenção:

2. A fim de impedir a discriminação contra a mulher por razões de casamento ou maternidade e assegurar a efetividade de seu direito a trabalhar, os Estados-partes tomarão as medidas adequadas para:

*a) **proibir, sob sanções, a demissão por motivo de gravidez ou de licença-maternidade e a discriminação nas demissões motivadas pelo estado civil;***

A fim de regulamentar as sanções a serem impostas a Lei 9.029/1995, no art. 3º, com redação dada pela Lei 13.146/2015, prevê a penalidade de multa administrativa e a vedação de recebimento de empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras:

Art. 3º Sem prejuízo do prescrito no art. 2º desta Lei e nos dispositivos legais que tipificam os crimes resultantes de preconceito de etnia, raça, cor ou deficiência, as infrações ao disposto nesta Lei são passíveis das seguintes cominações: (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

I - multa administrativa de dez vezes o valor do maior salário pago pelo empregador, elevado em cinquenta por cento em caso de reincidência;

II - proibição de obter empréstimo ou financiamento junto a instituições financeiras oficiais.

Ainda, de acordo com o §4º do referido dispositivo, o empregador poderá optar pela reintegração ou percepção em dobro da remuneração. Confira:

Art. 4º O rompimento da relação de trabalho por ato discriminatório, nos moldes desta Lei, além do direito à reparação pelo dano moral, faculta ao empregado optar entre: (Redação dada pela Lei nº 12.288, de 2010) (Vigência)

I - a reintegração com ressarcimento integral de todo o período de afastamento, mediante pagamento das remunerações devidas, corrigidas monetariamente e acrescidas de juros legais; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

II - a percepção, em dobro, da remuneração do período de afastamento, corrigida monetariamente e acrescida dos juros legais.

Desse modo, a **alternativa D** é a correta e gabarito da questão.

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Em dezembro de 2014, a sul-africana Urmila Bhoola, relatora especial das Nações Unidas sobre as formas contemporâneas de escravidão, declarou que "pelo menos 20,9 milhões de pessoas estão sujeitas a formas modernas de escravidão, que atingem principalmente mulheres e crianças". A relatora da ONU, para fazer tal afirmação, considerou o conceito de escravidão presente na Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura adotada em Genebra, em 7 de setembro de 1956.

Assinale a opção que apresenta o conceito de escravidão conforme disposto na referida Convenção:

A) Estado ou a condição de um indivíduo sobre o qual se exercem todos ou parte dos poderes atribuídos ao direito de propriedade.

- B) Situação em que um indivíduo trabalha em condições precárias e não recebe seus direitos trabalhistas de modo pleno e integral.
- C) Relação em que uma pessoa possui o controle físico sobre o corpo de outra pessoa.
- D) Condição por meio da qual uma pessoa se encontra psicologicamente constrangida a cumprir as ordens que lhe são dadas por terceiros, ainda que tais ordens sejam contrárias aos seus interesses.

Comentários

Essa é a grande dificuldade que temos em relação às questões de Direitos Humanos. Por não haver delimitação da ementa a banca pode cobrar os mais variados temas da disciplina.

De acordo com o art. 7º dessa Convenção:

Artigo 7º

Para os fins da presente Convenção:

§1. "Escravidão", tal como foi definida na Convenção sobre a Escravidão de 1926, é o estado ou a condição de um indivíduo sobre o qual se exercem todos ou parte dos poderes atribuídos ao direito de propriedade, e "escravo" é o indivíduo em tal estado ou condição.

Portanto, a **alternativa A** é a correta e gabarito da questão.

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Você, na condição de advogado, foi procurado por um travesti que é servidor público federal. Na verdade, ele adota o nome social de Joana, embora, no assento de nascimento, o seu nome de registro seja João. Ele gostaria de ser identificado no trabalho pelo nome social e que, assim, o nome social constasse em coisas básicas, como o cadastro de dados, o correio eletrônico e o crachá.

Sob o ponto de vista jurídico, em relação à orientação a ser dada ao solicitante, assinale a afirmativa correta.

- A) A Constituição Federal até prevê a promoção do bem sem qualquer forma de discriminação, mas não existe nenhuma norma específica que ampare a pretensão do solicitante.
- B) Não apenas a Constituição está orientada para a ideia de promoção do bem sem discriminação, como a demanda pleiteada pelo solicitante encontra amparo em norma infraconstitucional.
- C) O solicitante possui esse direito, pois assim está previsto na Convenção das Nações Unidas para os Direitos LGBT.
- D) Ainda que compreenda a demanda do solicitante, ele não possui o direito de ser identificado pelo nome social no trabalho, uma vez que é um homem que se traveste de mulher.

Comentários

Vejamos cada uma das alternativas.

A **alternativa A** está incorreta. Naturalmente que não haverá regra direta tratando do assunto ao longo do Texto Constitucional. Contudo, existem princípios, que são normas jurídicas dotadas de maior plasticidade que se prestam a amoldar a situação descrita. Entre eles, destaca-se o princípio da dignidade da pessoa e da vedação à discriminação, que constitui o fundamento

da pretensão do travesti. Esse é o entendimento do STJ, segundo o qual deve-se levar em consideração a realidade psicológica.

A **alternativa B** é a correta e gabarito da questão. Além dos fundamentos constitucionais acima, o entendimento predominante é o de que após a edição da Lei 9.708/1998, que alterou a Lei 6.015 (Lei de Registros Públicos), admite-se, com fundamento no art. 58, a alteração do nome, para constar o nome social.

A **alternativa C** está incorreta, não há uma convenção específica da ONU para tratar dos direitos dos Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

Por fim, a **alternativa D** está totalmente incorreta, pois contraria a regra que vimos acima de respeito à realidade psicológica e não discriminação.

Direito Ambiental

comentários pelo Prof. Roserval Júnior

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Pedro, em visita a determinado Município do interior do Estado do Rio de Janeiro, decide pichar e deteriorar a fachada de uma Igreja local tombada, por seu valor histórico e cultural, pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico-Cultural – INEPAC, autarquia estadual. Considerando o caso em tela, assinale a afirmativa correta.

A) Pedro será responsabilizado apenas administrativamente, com pena de multa, uma vez que os bens integrantes do patrimônio cultural brasileiro não se sujeitam, para fins de tutela, ao regime de responsabilidade civil ambiental, que trata somente do meio ambiente natural.

B) Pedro será responsabilizado administrativa e penalmente, não podendo ser responsabilizado civilmente, pois o dano, além de não poder ser considerado de natureza ambiental, não pode ser objeto de simultânea recuperação e indenização.

C) Pedro, por ter causado danos ao meio ambiente cultural, poderá ser responsabilizado administrativa, penal e civilmente, sendo admissível o manejo de ação civil pública pelo Ministério Público, demandando a condenação em dinheiro e o cumprimento de obrigação de fazer.

D) Pedro, além de responder administrativa e penalmente, será solidariamente responsável com o INEPAC pela recuperação e indenização do dano, sendo certo que ambos responderão de forma subjetiva, havendo necessidade de inequívoca demonstração de dolo ou culpa por parte de Pedro e dos servidores públicos responsáveis.

Comentários

GABARITO: LETRA C.

Pessoal, conforme estudamos, o meio ambiente é dividido didaticamente em natural, artificial, cultural e do trabalho.

O conhecimento do **artigo 225 da CF/88** era suficiente para acertar a questão, pois no §3º temos que **as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.**

A conduta de Pedro configura-se crime ambiental e infração administrativa contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural.

Conforme dispõe o artigo 65, da Lei 9.605/98, é crime pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano. Além disso, Pedro pode ser responsabilizado na esfera civil (reparação dos danos causados), e administrativa (pois a sua conduta também é enquadrada como infração administrativa, consoante dispõe o art.75, do Decreto Federal 6514/08).

Importante enfatizar que **a responsabilidade civil por dano ambiental é OBJETIVA**, ou seja, independente da comprovação de culpa.

Assim, o causador de dano ambiental poderá ser responsabilizado em três esferas (tríplice responsabilização). Temos, portanto, na ocorrência de uma conduta lesiva ao meio ambiente uma RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA, CIVIL e PENAL.

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Paulo é proprietário de um grande terreno no qual pretende instalar um loteamento, já devidamente aprovado pelo Poder Público. Contudo, antes que Paulo iniciasse a instalação do projeto, sua propriedade foi integralmente incluída nos limites de um Parque Nacional. Considerando as normas que regem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, é correto afirmar que

- A) Paulo deverá aguardar a elaboração do plano de manejo do parque para verificar a viabilidade de seu empreendimento.*
- B) Paulo poderá ajuizar ação com o objetivo de ser indenizado pelo lucro cessante decorrente da inviabilidade do empreendimento.*
- C) Caso seu terreno não seja desapropriado, Paulo poderá ajuizar ação de desapropriação indireta em face da União.*
- D) Paulo não poderá implementar seu loteamento, mas poderá explorar o ecoturismo na área com cobrança de visitação.*

Comentários**GABARITO: LETRA C**

Conforme dispõe a **Lei 9.985/00 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação –SNUC)**, o **Parque Nacional é uma categoria de unidade de conservação do grupo de proteção integral**. Essa unidade tem por objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Diante disso, **não** seria possível a autorização de um loteamento em um Parque Nacional.

Ademais, conforme dispõe o artigo 11, § 1º, da Lei 9.985/00, **o Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas**, de acordo com o que dispõe a lei. Caso não sejam, poderá ser manejada ação de desapropriação indireta.

Por fim, cabe dizer que o art. 45, da Lei do SNUC, dispõe que **serão excluídas das indenizações** referentes à regularização fundiária das unidades de conservação, derivadas ou não de desapropriação: as espécies arbóreas declaradas imunes de corte pelo Poder Público; **expectativas de ganhos e lucro cessante**; o resultado de cálculo efetuado mediante a operação de juros compostos; as áreas que não tenham prova de domínio inequívoco e anterior à criação da unidade.

Para simplificar, **bastava lembrar da nossa tabela com o resumo das Unidades de Conservação, em que temos o Parque Nacional como unidade de conservação de Proteção Integral, de posse e domínio públicos, sendo as áreas particulares incluídas em seus limites desapropriadas.**

Direito do Consumidor

comentários pelo Prof. Ricardo

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Amadeu, aposentado, aderiu ao plano de saúde coletivo ofertado pelo sindicato ao qual esteve vinculado por força de sua atividade laborativa por mais de 30 anos. Ao completar 60 anos, o valor da mensalidade sofreu aumento significativo (cerca de 400%), o que foi questionado por Amadeu, a quem os funcionários do sindicato explicaram que o aumento decorreu da mudança de faixa etária do aposentado.

A respeito do tema, assinale a afirmativa correta.

A) O aumento do preço é abusivo e a norma consumerista deve ser aplicada ao caso, mesmo em se tratando de plano de saúde coletivo e, principalmente, que envolva interessado com amparo legal no Estatuto do Idoso.

B) O aumento do preço é legítimo, tendo em vista que o idoso faz maior uso dos serviços cobertos e o equilíbrio contratual exige que não haja onerosidade excessiva para qualquer das partes, não se aplicando o CDC à hipótese, por se tratar de contrato de plano de saúde coletivo envolvendo pessoas idosas.

C) O aumento do valor da mensalidade é legítimo, uma vez que a majoração de preço é natural e periodicamente aplicada aos contratos de trato continuado, motivo pelo qual o CDC autoriza que o critério faixa etária sirva como parâmetro para os reajustes econômicos.

D) O aumento do preço é abusivo, mas o microsistema consumerista não deve ser utilizado na hipótese, sob pena de incorrer em colisão de normas, uma vez que o Estatuto do Idoso estabelece a disciplina aplicável às relações jurídicas que envolvam pessoa idosa.

Comentários

A questão tratava de exagerado aumento de mensalidade de plano de saúde, contratado por intermédio de sindicato de classe.

Em que pese a redação do artigo 15, § 3º, do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), a jurisprudência do STJ entende ser válida a cláusula contratual que permite o aumento do valor da mensalidade em contrato de planos de saúde decorrente de fator etário, desde que o reajuste não seja desarrazoado, que onere demasiadamente o contratante (vide, a propósito, o REsp 1.376.550-RS, conforme noticiado no Informativo 551).

Mesmo em se tratando de plano coletivo, cujos aumentos, em regra, não obedecem aos índices autorizados pela ANS, o STJ entende que os reajustes das mensalidades em razão da idade não podem ser abusivos. No caso trazido pela questão, o aumento da mensalidade foi de 400%, restando evidente que a abusividade do reajuste. Dessa maneira, a cláusula contratual deve ser considerada nula de pleno direito, conforme artigos 51, IV e § 1º, II e III, do CDC (Lei nº 8.078/90).

Portanto, a opção A é a resposta, estando CORRETO o gabarito.

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Antônio desenvolve há mais de 40 anos atividade de comércio no ramo de hortifrúti. Seus clientes chegam cedo para adquirir verduras frescas entregues pelos produtores rurais da região. Antônio também vende no varejo, com pesagem na hora, grãos e cereais adquiridos em sacas de 30 quilos, de uma marca muito conhecida e respeitada no mercado. Determinado dia, a cliente Maria desconfiou da pesagem e fez a conferência na sua balança caseira, que apontou suposta divergência de peso. Procedeu com a imediata denúncia junto ao Órgão Oficial de Fiscalização, que confirmou que o instrumento de medição do comerciante estava com problemas de calibragem e que não estava aferido segundo padrões oficiais, gerando prejuízo aos consumidores. A cliente denunciante buscou ser ressarcida pelo vício de quantidade dos produtos.

Com base na hipótese sugerida, assinale a afirmativa correta.

- A) Trata-se de responsabilidade civil solidária, podendo Maria acionar tanto o comerciante quanto os produtores.*
- B) Trata-se de responsabilidade civil subsidiária, pois o comerciante só responde se os demais fornecedores não forem identificados.*
- C) Trata-se de responsabilidade civil exclusiva do comerciante, na qualidade de fornecedor imediato.*
- D) Trata-se de responsabilidade civil objetiva, motivo pelo qual inexistem excludentes de responsabilidade*

Comentários

A banca exigiu do candidato o conhecimento das normas relativas à responsabilidade do fornecedor por vício de quantidade do produto. Em regra, de acordo com o disposto no artigo 19, caput, do CDC (Lei nº 8.078/90) respondem os fornecedores de forma solidária pelos vícios de quantidade do produto.

No entanto, há expressa exceção a essa regra, prevista no § 2º do artigo 19, que reza: “§ 2º O fornecedor imediato será responsável quando fizer a pesagem ou a medição e o instrumento utilizado não estiver aferido segundo os padrões oficiais.” Essa era justamente a hipótese da questão, na medida em que o vício de quantidade decorreu única e exclusivamente de defeito na balança do fornecedor imediato, Antônio.

Logo, a resposta é letra C, estando o gabarito CORRETA

Direito da Criança e do Adolescentes

comentários pelo Prof. Ricardo Torques

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

O adolescente F, 16 anos, filho de Pedro, foi surpreendido por seu pai enquanto falava pela internet com Fábio, 30 anos, que o induzia à prática de ato tipificado como infração penal. Pedro informou imediatamente o ocorrido à autoridade policial, que instaurou a persecução penal cabível.

No caso narrado, ao induzir o adolescente F à prática de ato tipificado como infração penal, a conduta de Fábio

A) configura crime nos termos do ECA, ainda que realizada por meio eletrônico e que não venha a ser provada a corrupção do adolescente, por se tratar de delito formal.

B) não configura crime nos termos do ECA, pois a mera indução sem a prática do ato pelo adolescente configura infração administrativa, já que se trata de delito material.

C) configura infração penal, tipificada na Lei de Contravenções Penais, mas a materialidade do crime com a prova da corrupção do adolescente é imprescindível à condenação do réu em observância ao princípio do favor rei.

D) não configura crime nos termos estabelecidos pelo ECA, posto que inexistente tipificação se o ato for praticado por meio eletrônico, não havendo de se aplicar analogia in malam partem.

Comentários

Essa questão cobra o delito de corrupção de menores, previsto no art. 244-B do ECA. Note que entre as formas de induzir à prática de ilícito esta, no §1º a utilização de meios eletrônicos, nos moldes da situação descrita:

Art. 244-B. Corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 1º Incorre nas penas previstas no caput deste artigo quem pratica as condutas ali tipificadas utilizando-se de quaisquer meios eletrônicos, inclusive salas de bate-papo da internet. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 2º As penas previstas no caput deste artigo são aumentadas de um terço no caso de a infração cometida ou induzida estar incluída no rol do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Portanto, a **alternativa A** é a correta e gabarito da questão.

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Marcelo, com 17 anos, e seu irmão Caio, com 20 anos de idade, permanecem sozinhos na casa da família, enquanto os pais viajam por 30 dias em férias no exterior.

Durante tal período, Marcelo, que acabou de terminar o ensino médio, recebe uma excelente proposta de trabalho. Ao comparecer à empresa para assinar o contrato de trabalho, Marcelo é impedido pela falta de um responsável. Marcelo, então, procura orientação de um advogado.

Assinale a opção que apresenta a ação que deverá ser ajuizada, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, para que o adolescente não perca a oportunidade de emprego.

A) Marcelo deve ingressar com ação de emancipação, com pedido de antecipação de tutela.

B) Caio deve ingressar com ação de guarda de Marcelo, requerendo a sua guarda provisória.

C) Caio deve ingressar com ação, objetivando o direito de assistir Marcelo para a prática do ato.

D) Caio deve ingressar com ação de tutela de Marcelo, com pedido liminar.

Comentários

A questão cobra, em verdade, assuntos de Direito Civil. Note que, com 17 anos, Marcelo deverá ser assistido na prática dos seus atos civis, pois relativamente incapaz.

Desse modo, deverá ser assistido pelos pais ou responsáveis.

Como os pais estão em viagem, Caio deverá requerer tutela judicial a fim de que seja habilitado judicialmente para assistir seu irmão.

Portanto, a **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão.

Direito Internacional

comentários pelo Prof. Ricardo Vale

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Ex-dirigente de federação sul-americana de futebol, após deixar o cargo que exercia em seu país de origem, sabedor de que existe uma investigação em curso na Colômbia, opta por fixar residência no Brasil, pelo fato de ser estrangeiro casado com brasileira, com a qual tem dois filhos pequenos. Anos depois, já tendo se naturalizado brasileiro, o governo da Colômbia pede a sua extradição em razão de sentença que o condenou por crime praticado quando ocupava cargo na federação sul-americana de futebol.

Essa extradição:

- a) não poderá ser concedida, porque o Brasil não extradita seus nacionais.*
- b) não poderá ser concedida, porque o extraditando tem filhos menores sob sua dependência econômica.*
- c) poderá ser concedida, porque o extraditando não é brasileiro nato.*
- d) poderá ser concedida se o país de origem do extraditando tiver tratado de extradição com a França.*

Comentários

Há possibilidade de **extradição de brasileiro naturalizado** em 2 (duas) situações:

- a)** comprovado envolvimento com tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e;
- b)** crime comum praticado antes da naturalização.

Na situação apresentada, o ex-dirigente da federação sul-americana de futebol havia praticado um crime comum antes de se naturalizar. Logo, ele **podará ser extraditado**. Vale destacar que a CF/88 proíbe a extradição apenas de brasileiros natos.

O gabarito, portanto, é a letra C.

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Para a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, Lígia recorre à autoridade central brasileira, quando Arnaldo, seu marido, que tem

dupla-nacionalidade, viaja para os Estados Unidos com a filha de 17 anos do casal e não retorna na data prometida. Arnaldo alega que entrará com pedido de divórcio e passará a viver com a filha menor no exterior.

Com base no caso apresentado, a autoridade central brasileira

a) deverá acionar diretamente a autoridade central estadunidense para que tome as medidas necessárias para o retorno da filha ao Brasil.

b) deverá ingressar na Justiça Federal brasileira, em nome de Lígia, para que a Justiça Federal mande acionar a autoridade central estadunidense para que tome as medidas necessárias para o retorno da filha ao Brasil.

c) não deverá apreciar o pleito de Lígia, eis que a filha é maior de 16 anos.

d) não deverá apreciar o pleito de Lígia, eis que o pai também possui direito de guarda sobre a filha, já que o divórcio ainda não foi realizado.

Comentários

A questão trata de um tema bastante interessante: o **sequestro internacional de crianças**.

Esse tema é objeto da **Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças** (Convenção de Haia), de 1980.

Como as **relações sociais entre pessoas de Estados diferentes** são mais intensas hoje, é natural que delas também se originem filhos. E aí, devido a conflitos familiares, **crianças podem ser levadas ou retidas** pelo pai ou pela mãe em um Estado estrangeiro.

No Brasil, **um caso que ficou bastante conhecido**, pela ampla repercussão que teve na imprensa, foi o do **menino Sean Goldman**. Sean era filho de um americano (David Goldman) com uma brasileira (Bruna Bianchi) e morou com os pais entre 2000 e 2004 nos EUA. No ano de 2004, Bruna Bianchi veio ao Brasil trazendo Sean, mas, tendo decidido terminar o relacionamento com o americano David Goldman, permaneceu com Sean no Brasil.

David Goldman ingressou com ação judicial, mas a Justiça decidiu de maneira desfavorável a ele. Bruna Bianchi, tendo se casado novamente, faleceu em razão de complicações no parto de sua filha. Novamente, David Goldman acionou a Justiça, pleiteando a guarda do menino Sean, alegando que, após a morte da mãe, ele estaria retido ilicitamente no Brasil pelo seu padrasto. O caso chegou ao STF, tendo o Ministro Gilmar Mendes determinado o retorno de Sean ao seu pai biológico americano.

A **Autoridade Central brasileira** é a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, da Presidência da República. Recebendo o pedido relativo ao sequestro internacional de uma criança, a **Autoridade Central brasileira deverá encaminhá-lo diretamente à Autoridade Central do Estado** onde a criança se encontre. Havendo dificuldades para o retorno amigável da criança, caberá à Advocacia-Geral da União (AGU) ajuizar ação judicial na Justiça Federal.

A Convenção de Haia **não se aplica**, todavia, a partir do momento em que a criança **completar 16 anos de idade**. Na situação apresentada pelo enunciado da questão, a filha do casal Lígia e Arnaldo tem 17 anos e, portanto, a Autoridade Central brasileira não irá apreciar o pedido.

O gabarito é a letra C.

Filosofia do Direito

comentários pelo Prof. Ricardo Torques

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Segundo o Art. 1.723 do Código Civil, "É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família".

Contudo, no ano de 2011, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgarem a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.277 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 132, reconheceram a união estável para casais do mesmo sexo.

A situação acima descrita pode ser compreendida, à luz da Teoria Tridimensional do Direito de Miguel Reale, nos seguintes termos:

A) uma norma jurídica, uma vez emanada, sofre alterações semânticas pela superveniência de mudanças no plano dos fatos e valores.

B) toda norma jurídica é interpretada pelo poder discricionário de magistrados, no momento em que estes transformam a vontade abstrata da lei em norma para o caso concreto.

C) o fato social é que determina a correta compreensão do que é a experiência jurídica e, por isso, os costumes devem ter precedência sobre a letra fria da lei.

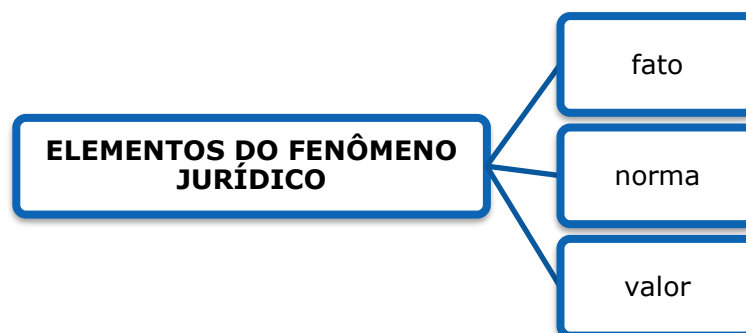
D) o ativismo judicial não pode ser confundido com o direito mesmo. Juízes não podem impor suas próprias ideologias ao julgarem os casos concretos.

Comentários

Como a banca tradicionalmente tem feito, a primeira questão abordou o pensamento de um jusfilósofo. É uma questão muito tranquila. Nessa questão foi abordado o pensamento de Miguel Reale, na forma como colocado em nosso material de aula.

A Teoria Tridimensional do Direito, segundo a qual a interpretação jurídica constitui **processo de integração dialética que implica ir do fato à norma e da norma ao fato, sem desconsiderar os valores subjacentes ao caso concreto**.

Desse modo, o fenômeno jurídico está abrangido pelos fatos, valores e normas.



Assim, a **alternativa A** é a correta e gabarito da questão.

Questão – FGV/XIX Exame de Ordem - 2016

Segundo o filósofo Immanuel Kant, em sua obra Fundamentação da Metafísica dos Costumes, a ideia de dignidade humana é entendida

A) como qualidade própria de todo ser vivo que é capaz de sentir dor e prazer, isto é, característica de todo ser senciente.

B) quando membros de uma mesma espécie podem ser considerados como equivalentes e, portanto, iguais e plenamente cooperantes se eles possuem dignidade.

C) como valor jurídico que se atribui às pessoas como característica de sua condição de sujeitos de direitos.

D) como algo que está acima de todo o preço, pois quando uma coisa tem um preço pode-se pôr em vez dela qualquer outra como equivalente; mas quando uma coisa está acima de todo o preço, e portanto não permite equivalência, então ela tem dignidade.

Comentários

A FGV gosta de Kant! Ela já cobrou o pensamento do autor em outras duas oportunidades. Essa é a terceira vez que a temática é abordada em provas.

Temos que saber a ideia de **dignidade da pessoa** no pensamento do autor.

A dignidade no pensamento de Kant é fundado na autonomia. De acordo com o autor, se todos agirem no "reino dos fins", ou melhor, se todos agirem de acordo com o imperativo categórico, **tudo** pode ser avaliada com um preço ou terem dignidade.

O que possuir preço pode ser substituídas por coisas equivalentes.

Mas quando se está acima de todo preço não é possível a substituição. Nesse caso temos dignidade. Desse modo, podemos concluir que as coisas possuem preço e as pessoas possuem dignidade.

Como decorrência desse pensamento, concluir-se que a pessoa, como um ser racional, existe como um fim em si mesmo, e não como meio para o uso arbitrário pela vontade alheia.

Desse modo, a **alternativa D** é a correta e gabarito da questão.

Caso você tenha alguma dúvida, sugestão ou crítica nos procure. Deixo abaixo nosso e-mail para contato:

estrategiaoab@gmail.com

Conheça também nossa página do Facebook. Lá reunimos várias informações e materiais que podem ser úteis para a sua caminhada:

[Facebook Estratégia OAB](#)

Por fim, lembrem-se de se inscrever em nosso canal do YouTube para receber nosso vídeos e dicas.

[YouTube Estratégia OAB](#)